

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PRPPG
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE - MPCS

**MEMÓRIA INSTITUCIONAL: ESTUDO DE CASO DO INSTITUTO FEDERAL
CATARINENSE – *CAMPUS ARAQUARI***

Danielle Engel Cansian Cardoso
Orientadora Prof. Dra. Silvia Sell Duarte Pillotto

Joinville

2013

DANIELLE ENGEL CANSIAN CARDOSO

**MEMÓRIA INSTITUCIONAL: ESTUDO DE CASO DO INSTITUTO FEDERAL
CATARINENSE – CAMPUS ARAQUARI**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, da Universidade da Região de Joinville - Univille - como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, sob orientação da Professora Dra. Silvia Sell Duarte Pillotto.

Joinville

2013

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

C268m	Cardoso, Danielle Engel Cansian Memória Institucional : estudo de caso do Instituto Federal Catarinense – campus Araquari / Danielle Engel Cansian Cardoso ; orientadora Dra Sílvia Seli Duarte Piliotto – Joinville: UNIVILLE, 2013. 91 f. : il. ; 30 cm Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade – Universidade da Região de Joinville) 1. Memória Institucional. 2. Patrimônio cultural. 3. Instituto Federal Catarinense – Campus Araquari I. Piliotto, Sílvia Seli Duarte. (orient.). II. Título. CDD 363.69
-------	---

Termo de Aprovação

“Memória institucional: estudo de caso do Instituto Federal Catarinense – Campus Araquari”

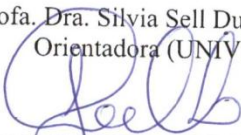
por

Danielle Engel Cansian Cardoso

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovada em sua forma final pelo Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade.



Prof.ª. Dra. Silvia Sell Duarte Pillotto
Orientadora (UNIVILLE)



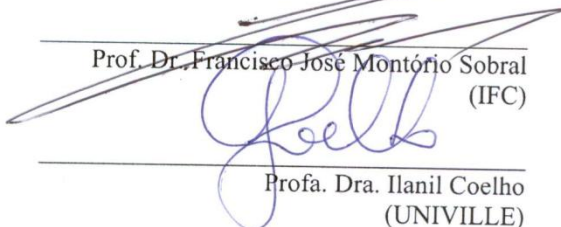
Prof.ª. Dra. Ilanil Coelho
Coordenadora do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade

Banca Examinadora:

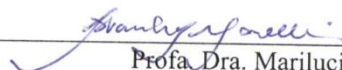


Prof.ª. Dra. Silvia Sell Duarte Pillotto
Orientadora (UNIVILLE)

Prof. Dr. Francisco José Montório Sobral
(IFC)



Prof.ª. Dra. Ilanil Coelho
(UNIVILLE)



Prof.ª. Dra. Mariluci Neis Carelli
(UNIVILLE)

Joinville, 26 de junho de 2013.

RESUMO

Esta dissertação pretende ser um estudo de caso sobre a Memória Institucional do Instituto Federal Catarinense – *Campus Araquari*. A concepção de que o Patrimônio Cultural está dentro das comunidades, do cotidiano das pessoas, na valorização dos elementos que estão próximos, foi uma das razões e inspiração do interesse pela memória institucional dessa instituição, criada em 1954. Nosso problema de pesquisa está em verificar *como a memória institucional pode contribuir para o reconhecimento do Instituto Federal Catarinense – Campus Araquari como patrimônio cultural?* Para responder a esta pergunta, fomos direcionadas pelo objetivo de *analisar a memória institucional do Instituto Federal Catarinense – Campus Araquari como possível contribuição para o reconhecimento da instituição como patrimônio cultural*. A dissertação foi, então, dividida em quatro capítulos. No primeiro, conta-se um pouco da história do caso em estudo e da cidade onde está localizado. O segundo capítulo traz a elucidação dos conceitos relevantes da pesquisa. Ao realizar as primeiras leituras sobre memória institucional, observamos que, para chegar a este conceito, precisávamos conhecer também sobre memória, registros e sobre instituições. O terceiro capítulo descreve a metodologia utilizada na pesquisa, qualitativa, bibliográfica e documental, com a utilização de instrumentos ligados a estudo de caso. O quarto capítulo traz a análise da memória institucional do Instituto Federal Catarinense – *Campus Araquari* a partir de um recorte, no qual nos utilizamos das atas de criação dos cursos da instituição, para verificação de como a memória institucional pode contribuir para o reconhecimento do Instituto Federal Catarinense – *Campus Araquari* como patrimônio cultural. Entendemos que as decisões tomadas nas reuniões de colegiado sobre a criação de cursos direcionam o rumo da instituição de ensino, e o consequente registro destas decisões em atas, se tornam além de memória institucional, instrumentos de gestão, merecendo desta forma um arquivamento que facilite o acesso e manipulação das informações. Acreditamos que a organização da memória institucional e o processo de atribuição de valor dos sujeitos para com a instituição de ensino, podem contribuir para o reconhecimento da instituição como patrimônio cultural.

Palavras-chave: Memória institucional, patrimônio cultural, IFC, registro.

ABSTRACT

This dissertation intends to be a case study on the institutional memory of the Federal Institute Catarinense - Campus Araquari. The conception of the Cultural Heritage is within communities of everyday life, in valorization of the elements that are close, was one of the reasons for the interest and inspiration institutional memory of this institution, established in 1954. Our research problem is to check "How institutional memory may contribute to the recognition of the Federal Institute Catarinense - Campus Araquari as cultural heritage?" To answer this question, we were directed by the objective of "Analyze the institutional memory of the Federal Institute Catarinense - Campus Araquari as a possible contribution to the recognition of the institution as a cultural heritage." Dissertation was then divided into four chapters. In the first, we read about the history of the case study and the city where it is located. The second chapter conveys the elucidation of concepts relevant search. When performing the first readings on institutional memory, we observe that, to reach this concept, we needed to know also about memory, registers and on institutions. The third chapter describes the methodology used in the research, qualitative, literature and documents, using instruments attached to the case study. The fourth chapter contains the analysis of the institutional memory of the Federal Institute Catarinense - Campus Araquari from a clipping in which we use the minutes of creating the courses of the institution for verification of how the institutional memory may contribute to the recognition of the Federal Institute Catarinense - Campus Araquari as cultural heritage. We understand that the decisions taken in the meetings of collegiate body about courses creating directs the path of the educational institution, and the consequent record of these decisions in the minutes, become beyond of institutional memory, management instruments, thus meriting a filing as to facilitate access and manipulation of information. We believe that the organization's institutional memory and the process of assigning value to the individuals with the educational institution, may contribute to the recognition of the institution as a cultural heritage.

Keywords: Institutional memory, cultural heritage, IFC, registry.

AGRADECIMENTOS

Registro meus agradecimentos aos professores do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade.

Às professoras que participaram da minha banca de Qualificação e Defesa de Dissertação, Prof^a Dra. Ilanil Coelho e Prof^a Dra. Mariluci Neis Carelli pela significativa contribuição.

Ao Prof^o Dr. Francisco José Montório Sobral, por ter aceitado o convite para participar da banca de Defesa de Dissertação e pelas sugestões enriquecedoras.

À Prof^a Dra. Silvia Sell Duarte Pillotto, um agradecimento especial pela orientação desta dissertação e pelas incansáveis leituras e sugestões.

Ao meu marido, Celso Fernando Cardoso, pelo incentivo para que eu realizasse o mestrado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. PARA INÍCIO DE CONVERSA: O CASO.....	13
1.1. A CIDADE ONDE SE LOCALIZA O CASO.....	24
2. CONCEITOS RELEVANTES DA PESQUISA.....	28
2.1. INSTITUIÇÃO, INSTITUIÇÃO DE ENSINO E PATRIMÔNIO CULTURAL.....	28
2.2. DOCUMENTOS E FONTES.....	32
2.3. MEMÓRIA, MEMÓRIA SOCIAL E MEMÓRIA INSTITUCIONAL.....	34
2.4. O SUJEITO, INDIVÍDUO PARTICIPANTE DA INSTITUIÇÃO.....	41
3. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	44
3.1. PESQUISA QUALITATIVA, BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL.....	44
3.2. ESTRATÉGIA DE PESQUISA: ESTUDO DE CASO.....	46
4. O CASO E A SELEÇÃO DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS.....	48
4.1. CRIAÇÃO DO PROTOCOLO PARA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS.....	48
4.2. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	68
ANEXOS.....	73

INTRODUÇÃO

Esta dissertação apresenta um estudo de caso sobre a Memória Institucional do Instituto Federal Catarinense – *Campus Araquari*, uma instituição de ensino pública ligada à rede federal de ensino, que está localizada na cidade de Araquari, Santa Catarina.

A instituição foi criada em 1954 com o nome de “Escola de Iniciação Agrícola de Araquari”. A partir de 1968, por meio de decreto, passou a integrar o Sistema Federal de Ensino pela vinculação à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Neste mesmo ano, passou a se chamar “Colégio Agrícola Senador Gomes de Oliveira”.

Um dos fatos mais relevantes dessa trajetória aconteceu muito recentemente, em 2008. Grandes mudanças e significativas transformações políticas transformaram a instituição. Através da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, o Colégio Agrícola deixa de ser uma escola vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e passa a integrar o Instituto Federal Catarinense – IFC, instituição que possui uma estrutura multicampi, articulados pela reitoria que está localizada na cidade de Blumenau/SC.

Essa mudança trouxe novas oportunidades para a instituição e talvez a mais significativa tenha sido a de passar a oferecer, além do Ensino Técnico, o Ensino Superior, com Bacharelados, Licenciaturas e Tecnólogos.

A concepção de que o Patrimônio Cultural hoje está inserido nas comunidades, no cotidiano das pessoas, na valorização dos elementos que estão próximos, foi um dos motivadores do interesse pela memória institucional desta importante escola pública.

As vivências administrativas da autora, que pertence ao quadro de servidores efetivos desta instituição desde 2010, mostraram a importância do registro documental dos processos e decisões institucionais e também impulsionaram o interesse pelo estudo da memória institucional.

Esta dissertação teve como objetivo *analisar a memória institucional do Instituto Federal Catarinense – Campus Araquari como possível contribuição para o reconhecimento da instituição como patrimônio cultural.*

O interesse pela memória institucional está também no fato de que atualmente vários autores compreendem este conceito como relevante para o planejamento e desenvolvimento institucional, bem como para as relações sociais que acontecem durante os processos de institucionalização. A memória institucional está relacionada às representações que os indivíduos ou grupos podem fazer a respeito da memória dos processos comuns aos membros deste grupo, fortalecendo, desta forma, a trajetória institucional.

Isso quer dizer que a memória institucional pode contribuir no processo de valorização da instituição e na construção de uma trajetória sólida onde os processos institucionais são documentados e organizados de forma a servir de informação para a comunidade interna e externa.

A importância de uma instituição pode também estar ligada aos processos institucionais que estão relacionados à memória e que convergem com a questão temporal de passado, presente e futuro, ou seja, a importância da instituição como patrimônio pode estar relacionada ao que foi a instituição de ensino, o que ela é atualmente e àquilo que se deseja que ela seja no futuro.

Nesse sentido, nosso problema de pesquisa se delineia em, *como a memória institucional pode contribuir para o reconhecimento do Instituto Federal Catarinense – Campus Araquari como patrimônio cultural?*

Para encontrar respostas ao problema de pesquisa e, assim, atingir nosso objetivo, dividimos a dissertação em quatro capítulos.

O primeiro traz um levantamento histórico sobre o caso em estudo e sobre a cidade onde está localizado; buscamos autores locais como Garcia, Cristofolini e Nessler, que foram relevantes nessa parte do estudo.

Recorremos também a alguns documentos, como a Lei 11.892, que cria os Institutos Federais, aos Relatórios de Gestão do *Campus Araquari*, ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e ao documento que descreve as Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, buscando compreender a perspectiva histórica da educação profissional tecnológica no Brasil.

No segundo capítulo, buscamos elucidar os conceitos relevantes da pesquisa, permitindo que pesquisadores e leitores possam compreender em

que ideias nos baseamos para construir nosso pensamento e nossas análises relacionadas ao objeto de estudo.

Nesse capítulo, falamos sobre instituição, instituição de ensino, suas possíveis relações com o patrimônio cultural, documentos, fontes, memória, memória social, memória institucional e sujeito. Contribuíram com nossos estudos autores como Saviani, Costa, Fonseca, Pelegrini, Funari, Rueda, Candau, Meneses, Pollak, Hall e Bauman.

O terceiro capítulo descreve a metodologia utilizada na pesquisa. Optamos pela metodologia qualitativa, por entender que o estudo da Instituição de ensino se enquadra dentro da área das ciências sociais e se apresenta como um espaço repleto de significados que possibilitam a investigação.

As pesquisas, bibliográfica e documental, além dos instrumentos necessários em um estudo de caso, foram fundamentais, nesta etapa, em que nos orientamos por autores como Minayo, Sanches, Alves, May, Martins e Yin.

No quarto capítulo, trazemos os documentos institucionais para serem analisados, verificando se a memória institucional do Instituto Federal Catarinense – *Campus Araquari*, encontrada nos documentos institucionais, pode contribuir para o reconhecimento da instituição como patrimônio cultural. Escolhemos realizar esta verificação, focando nas atas de criação de cursos da instituição. Houve criação de cursos na instituição nos seguintes anos: 1959, 1968, 1975, 1997, 2001, 2005, 2008, 2009, 2010 e 2011, no entanto as atas de criação de cursos encontradas se restringem ao período entre 2005 e 2010, mas contemplam os cursos criados para 2011. Entendemos que essas atas trazem importante registro de tomada de decisão dentro da instituição, o que está, conseqüentemente, relacionado à memória institucional.

Essa escolha também se deve ao entendimento que temos de que uma instituição de ensino se constrói e se apresenta à sociedade através dos cursos que oferta e da qualidade desses cursos, pensando sempre na demanda de procura que pode ter no contexto em que se encontra.

No quarto capítulo também criamos um protocolo de procedimentos para a análise das atas e um quadro que serviu como banco de dados para a verificação das falas contidas nas atas, esse quadro foi criado com expressões-chave ligadas ao nosso objetivo e problema de pesquisa, e norteou todo o processo de estudo das atas.

O trabalho se apresentou viável financeiramente e, com o recorte que fizemos, focando os estudos da memória institucional nas atas de criação dos cursos, se tornou também viável temporalmente.

Essa dissertação busca contribuir com os gestores do Instituto Federal Catarinense, servidores da instituição, comunidade de Araquari e acadêmicos da área de educação, patrimônio cultural e administração, apresentando informações que reforçam a importância da memória institucional como instrumento de gestão e esclarecendo que o registro dos processos institucionais pode dar sustentabilidade e agregar valor à instituição a partir deste novo contexto social e de novas demandas.

Além disso, essa dissertação contribui com a própria instituição de ensino, pois registra uma parte da memória institucional, sob o olhar e representação de uma pesquisadora, dentro de uma mobilização científica.

1. PARA INÍCIO DE CONVERSA: O CASO

O estudo de caso teve como objeto de pesquisa a Instituição, hoje denominada Instituto Federal Catarinense – *Campus Araquari*, antigo Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira, localizado na cidade de Araquari no estado de Santa Catarina.

Utilizamos no primeiro capítulo, autores locais, que fizeram ou ainda fazem parte da instituição, como: Cristofolini, Garcia, Nessler e Pereira. Através destes autores foi possível explicitar a trajetória histórica da instituição e conhecer um pouco das memórias registradas sobre a cidade de Araquari, cidade na qual está localizada a instituição objeto desse estudo.

Segundo dados coletados no livro “Os 50 anos do ensino agrícola em Araquari – uma história de sucesso!”, Cristofolini *[et al]* (2009), a “Escola de Iniciação Agrícola de Araquari” foi criada em 26 de fevereiro de 1954, por meio de um acordo firmado entre os Governos da União e do Estado de Santa Catarina, conforme Diário oficial da União nº 63, publicado em 18.03.1954.

Garcia (1989) escreve que a origem da escola está relacionada ao ato do Senador Carlos Gomes de Oliveira, representante eleito pela região norte catarinense, de apresentar Projeto de Emenda ao Orçamento com o objetivo de reivindicar recursos para a construção de uma escola agrícola na região norte de Santa Catarina. Para isso, o Governo do Estado de Santa Catarina estava disposto a oferecer uma área no município de Araquari.

O acordo firmado previa que o Governo do Estado de Santa Catarina faria a

[...] cessão de uma área mínima de duzentos (200) hectares de terras férteis, com boas aguadas, em zona salubre, próxima da sede do Município, servida por fáceis vias de comunicação, de preferência via férrea, a critério do Ministério da Agricultura. (Diário Oficial da União nº 63 de 18 de março de 1954, *web*)

Segundo Garcia (1989), a área cedida ficava a três quilômetros da sede do município de Araquari e possuía 200,3 hectares de terras propícias à agricultura, com bacia hidrográfica adequada. O acesso era garantido via estrada de rodagem e ferrovia, facilitando o acesso dos alunos e agricultores.

Esse mesmo acordo também previa que o diretor da escola seria designado pelo Ministro da Agricultura, com autorização do então Presidente

da República Getúlio Vargas, e a exigência era de um profissional formado na área de Agronomia ou Medicina Veterinária. E assim ocorreu, com a nomeação do engenheiro agrônomo Benjamim Ferreira Gomes como diretor, durante o período de 1954 a 1956, posteriormente sucedido por outros diretores, engenheiros agrônomos, em sua maioria.

Cabia ao primeiro diretor agilizar o procedimento de doação das terras que deveria ser feito pelo município, atendendo às exigências do acordo.

Segundo Garcia (1989), a prefeitura não dispunha de condições financeiras para adquirir o terreno, pois uma pesquisa de mercado revelou os altos custos das terras férteis no município. O terreno foi conseguido através da doação particular do cidadão e ex-prefeito do município de Araquari, Antenor Sprotte e, a partir disso, foi possível dar início à construção da escola agrícola.

Benjamim Ferreira Gomes declarou para Garcia (1989) que a conclusão rápida da obra era interesse do Governo, tanto Federal quanto Estadual, pois uma escola agrícola nessa região reverteria em conquista de eleitores.

Garcia (1989) explica que as mudanças no quadro nacional, advindas das eleições presidenciais vencidas por Juscelino Kubitschek, provocaram alteração na ocupação dos cargos de confiança e, conseqüentemente, a mudança na direção da escola agrícola de Araquari. No entanto, a construção continuava, agora com um novo diretor.

A primeira turma, porém, segundo Garcia (1989), somente iniciou os seus estudos em 1959, no Curso de Operário Agrícola, em nível de primeiro grau, e a escola, nesse momento, estava subordinada ao Ministério da Agricultura.

Garcia (1989) afirma que naquele ano também ocorreu a alteração do nome da escola, que passou a se chamar “Escola de Iniciação Agrícola Senador Gomes de Oliveira” em homenagem ao senador catarinense, em reconhecimento aos esforços do político na criação e implantação daquele estabelecimento de ensino.

Segundo Cristofolini *[et al]* (2009), em 1967 a escola é transferida para a subordinação do Ministério da Educação e Cultura e a partir de 1968, por meio de decreto, passou a integrar o Sistema Federal de Ensino vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Nesse ano, passou a se

chamar “Colégio Agrícola Senador Gomes de Oliveira”, passando a oferecer o curso de Técnico Agrícola, que equivalia ao segundo grau.

Garcia (1989) diz, ainda, que nessa época ocorreu uma reforma do ensino, que extinguiu, no país, o ensino profissionalizante em nível de primeiro grau. Dessa forma, a vinculação dos colégios agrícolas para as universidades tinha a finalidade de passar a formar técnicos agrícolas em nível de segundo grau.

Nessler (1994) conta que o ensino agrícola no Brasil foi criado com a intenção de formar mão de obra técnica para atuar na agricultura e se tornou essencial no processo de desenvolvimento da área rural no Brasil.

Cristofolini *[et al]* (2009) relata que em 1975 deu-se início ao Curso Técnico em Agropecuária com a finalidade de formar técnicos agrícolas em nível de Ensino Médio. Nessler (2004) complementa que o curso tinha três anos de duração e que incluía em sua matriz curricular um estágio obrigatório de seis meses em empresas agropecuárias da região. Também diz que as aulas teóricas ocorriam em salas de aula, as práticas vivenciadas nas unidades didático-produtivas, e os alimentos produzidos eram utilizados para a manutenção dos alunos na escola.

Nessler (2004) relata que nessa época o público que frequentava a escola era de filhos de pequenos agricultores vindos dos três estados do sul do país, além de paulistas, mato-grossenses e maranhenses. A maioria dos alunos ficava na escola em regime de internato. Naquela época, os colégios agrícolas tinham o processo educativo baseado no trabalho e produção, sob o lema “aprender a fazer e fazer para aprender”. (NESSLER, 2004, p.14)

No ano de 1997, criou-se o Curso Técnico em Agropecuária Pós-Médio, com o intuito de atender às demandas de alunos que já haviam cursado o Ensino Médio ou estavam concluindo o último ano em escola regular e tinham interesse em fazer o Curso Técnico. O colégio continuava focando seu ensino especificamente na área agrícola.

Durante 42 anos, cursos na área agrícola foram os únicos oferecidos pela instituição, primeiramente em nível de primeiro grau até sua extinção e posteriormente em nível de segundo grau, criando, assim, uma identidade enraizada no ensino agrícola.

Cristofolini *[et al]* (2009) relata os cursos que foram criados a partir de 2001 na instituição. Com as demandas crescentes em torno do cultivo do camarão, um novo curso foi introduzido na escola, o Curso Técnico em Aqüicultura, que teve ingresso de turmas até 2010, quando parou de ser ofertado devido à pequena procura, conforme pode ser observado nos relatórios de gestão 2010 e 2011 da instituição (2013, *web*). No ano de 2005, a escola tem a sua primeira mudança de foco e visualiza no crescente mercado da tecnologia da informação, um novo rumo para a Instituição. Nesse ano, o curso criado foi o de Técnico em Informática Pós-Médio.

Em 2008, devido aos bons resultados colhidos com a implantação do curso na área de informática, cria dois novos cursos, o Curso Técnico em Informática Concomitante ao Ensino Médio e o Curso Técnico em Informática para Internet – Pós-Médio.

No mesmo ano de 2008, cria o Curso Técnico em Pesca na modalidade (PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), para maiores de dezoito anos, para que os alunos tivessem a oportunidade de realizar o Ensino Médio juntamente com as disciplinas técnicas.

A Lei nº 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional expõe que a educação de jovens e adultos é destinada aquelas pessoas que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, neste sentido os Cursos PROEJA aparecem para contribuir com a superação desta defasagem de escolaridade, integrando o ensino profissionalizante à Educação Básica.

O ano de 2008 foi também um ano de mudanças significativas e de transformações políticas dentro da instituição. Através da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, a Escola Agrícola deixa de ser uma escola vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e passa a integrar o Instituto Federal Catarinense – IFC, instituição que possui uma estrutura multicampi articulados pela reitoria localizada na cidade de Blumenau/SC. Integram o IFC os *Campi* de Araquari, Blumenau, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio, Videira. Além desses, estão em processo de implantação os *Campus* Avançados de Brusque e São Bento do Sul. (IFC, 2013, *web*)

A passagem por profundas mudanças estruturais, com o advento dos Institutos Federais, significou a possibilidade de criação de novos cursos técnicos e de nível superior.

Com a leitura dos relatórios de gestão da instituição dos anos de 2009, 2010 e 2011 (2013, *web*), observamos que:

- Em 2009 mais um curso na modalidade PROEJA tem início, desta vez o Curso Técnico em Agropecuária.
- Em 2010 tiveram início os Cursos de Bacharelado em Medicina Veterinária, Bacharelado em Sistemas de Informação e Licenciatura em Ciências Agrícolas.

No ano de 2011, a expansão no ensino continuou. Foram criados mais dois Cursos Técnicos, Secretariado¹ e Agrimensura, e mais dois Cursos Superiores, Licenciatura em Química e Tecnologia em Redes de Computadores². A instituição também tem apostado em Cursos na modalidade FIC (Formação Inicial e Continuada), na intenção de proporcionar aos seus servidores e público externo o aperfeiçoamento contínuo.

A necessidade de ofertar cursos de Formação Inicial e Continuada está prevista na Lei 11.892/2008 e tem como objetivo ministrar cursos aos trabalhadores, “objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica.” (LEI 11.892/2008, *web*).

Também tem participado de outros programas desenvolvidos pelo governo federal como Rede Certific (certificação de saberes) e Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego).

A nova missão da instituição é

[...] através do ensino, da pesquisa e da extensão, promover a formação de cidadãos críticos, autônomos, atuando como transformadores na busca de uma sociedade justa, democrática e sustentável, na defesa da qualidade de vida. (Relatório de gestão 2011, *web*).

Nesse sentido, é importante ressaltar que por ser uma Instituição Federal de ensino, representa para a sociedade a oportunidade de as pessoas continuarem os estudos gratuitamente.

¹ O curso de Secretariado é ofertado no *Campus* São Francisco do Sul que pertenceu ao *Campus* Araquari.

² O curso de Tecnologia em Redes de Computadores é ofertado no *Campus* São Francisco do Sul que pertenceu ao *Campus* Araquari.

Para que se possa entender como aconteceu a criação dos Institutos Federais em todo o território brasileiro, buscou-se subsídios na legislação. A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica encontra-se no âmbito do Sistema Federal de Ensino e está vinculada ao Ministério da Educação.

Pertencem à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica as seguintes instituições:

I – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais; II – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR; III – Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ e de Minas Gerais – CEFET- MG; IV – Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e Colégio Pedro II. (LEI Nº 11.892, 2008)

Essa mesma lei diz que os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, especializados em oferecer educação profissional e tecnológica em diferentes modalidades de ensino e equiparados às universidades federais.

Os Institutos Federais têm natureza jurídica de autarquia, são detentores de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, e organizados em estrutura multicampi. Além disso, são autônomos para criar e extinguir cursos e realizar os procedimentos de registro de diplomas dos cursos oferecidos.

O Instituto Federal Catarinense é um dos 38 institutos criados pela Lei nº 11.892/2008, e foi constituído mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, de Rio do Sul e de Sombrio, e pelas Escolas Técnicas Vinculadas à UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina): Colégio Agrícola de Camboriú e Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira. Segundo essa lei, os Institutos Federais foram criados com os seguintes objetivos: ofertar educação profissional técnica de nível médio com prioridade para cursos integrados; ofertar cursos de formação inicial e continuada em todos os níveis de escolaridade; realizar pesquisas aplicadas cujos benefícios se estendam à comunidade, desenvolver atividades de extensão articuladas ao mundo do trabalho; estimular e dar apoio a processos educativos que gerem trabalho e renda e ofertar, em nível de educação superior, cursos de

tecnologia, licenciaturas, bacharelados; engenharias e cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu.

A lei foi assinada pelo então presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e pelos Ministros da Educação e Planejamento, Orçamento e Gestão, Fernando Haddad e Paulo Bernardo Silva, e publicada no diário oficial da união no dia 30/12/2008.

Mas o que deu origem a essa Lei? Quais foram as discussões que levaram a sua criação? Qual o contexto da educação naquele momento? Essas foram algumas das perguntas que surgiram e que mobilizaram a busca de documentos do Ministério da Educação para entender como foi o processo que antecedeu a criação da Lei nº 11.892/2008.

Nessa busca pelos documentos, percebeu-se que o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) era o primeiro que deveria ser estudado, pois foi a partir dele que as novas visões do governo começaram a aparecer.

O PDE foi criado com o objetivo de acelerar o desenvolvimento da Educação no Brasil e teve sua aprovação em 24 de abril de 2007 pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Ministro da Educação Fernando Haddad, conforme informações coletadas no portal educacional.

O Plano de Desenvolvimento da Educação – Razões, Princípios e Programas (2012, *web*) foi desenvolvido pelo Ministério da Educação através de uma concepção que “reconhece na educação uma face do processo dialético que se estabelece entre socialização e individuação da pessoa, que tem como objetivo a construção da autonomia”. A intenção é que a educação formal pública, sendo responsabilidade do Estado, propicie a discussão, a argumentação dialogada, com a intenção de formar sujeitos críticos e criativos para a vida neste novo contexto social globalizado.

Segundo consta no PDE (2012, *web*),

[...] o objetivo da política nacional de educação deve se harmonizar com os objetivos fundamentais da própria República, fixados pela Constituição Federal de 1988: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Não há como construir uma sociedade livre, justa e solidária sem uma educação republicana, pautada pela construção da autonomia, pela inclusão e pelo respeito à diversidade.

O PDE foi construído dentro de uma visão sistêmica de educação, com o objetivo de tratar a educação com unidade, da creche à pós-graduação. A compreensão do ciclo educacional de forma integral é o primeiro passo para articular políticas específicas de cada nível de ensino e promover conexões entre eles, para que aconteça a potencialização das políticas da educação, reforçando todos os seus níveis. O PDE (2012, *web*) está sustentado em seis pilares:

i) Visão sistêmica da educação, ii) territorialidade, iii) desenvolvimento, iv) regime de colaboração, v) responsabilização e vi) mobilização social – que são desdobramentos consequentes de princípios e objetivos constitucionais, com a finalidade de expressar o enlace necessário entre educação, território e desenvolvimento, de um lado, e o enlace entre qualidade, equidade e potencialidade, de outro.

O documento também indica que fazem parte do PDE 40 programas que estão divididos em quatro eixos: educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização. Dentre esses eixos, o PDE (2012, *web*) descreve que: “Talvez seja na educação profissional e tecnológica que os vínculos entre educação, território e desenvolvimento se tornem mais evidentes e os efeitos de sua articulação, mais notáveis.”

O PDE, já em 2007, fazia uma previsão de que entre 2003 e 2010, 214 novas unidades federais de ensino seriam autorizadas, número que equivale a uma ampliação de 150% na rede federal de educação profissional e tecnológica. O número de instituições autorizadas entre 1909 e 2002 foi de apenas 140 unidades.

Nesse sentido, essa expansão dos Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFET) traz como proposição uma atuação integrada, sistêmica, com referência regional, desenvolvimento e territorialidade.

Segundo o PDE (2012, *web*),

A missão institucional dos IFET deve, no que respeita à relação entre educação e trabalho, orientar-se pelos seguintes objetivos: ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio; orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais; estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

Como descrito no PDE (2012, *web*), o Ministério da Educação acredita que “os IFET podem colaborar para recompor a espinha dorsal do ensino médio público”. E acrescenta:

A maturidade da rede federal de educação profissional e tecnológica [...] exigem um novo modelo de atuação, que envolva o desenvolvimento de um arrojado projeto político-pedagógico, verticalidade da oferta de educação profissional e tecnológica, articulação com o ensino regular, aumento da escolaridade do trabalhador, interação com o mundo do trabalho e as ciências e apoio à escola pública. Mais uma vez, níveis e modalidades educacionais em estreita conexão.

Foi através do Decreto nº 5.154/2004 que se retomou no Brasil a possibilidade de integração especialmente da educação profissional com o ensino médio. Segundo o Ministério da Educação, essa integração é a que apresenta os melhores resultados pedagógicos, possibilitando o reforço mútuo dos conteúdos curriculares.

Esse mesmo decreto também define as formas de articulação que podem acontecer entre ensino médio e ensino técnico.

§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma: I – integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; II – concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer: a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; b) em instituições de ensino distintas, aproveitando as oportunidades educacionais disponíveis; ou c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados; III – subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio. (LEI 5.154/04, 2012, *web*)

Outro nível de ensino que também ganhou destaque com o lançamento do PDE no ano de 2007, foi o da educação profissional integrada à educação de jovens e adultos. O Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) orienta as Redes Estaduais de Ensino e a Rede Federal de Ensino a oferecer o ensino profissional integrado ao ensino médio nessa modalidade de ensino.

Para finalizar, o Ministério da Educação explica a razão principal de constituição do PDE: a busca pela melhoria da educação e pela redução das desigualdades no campo educacional.

Dando sequência na busca de informações para compreensão da trajetória do Ministério da Educação até a criação dos Institutos Federais, nos deparamos com outra preciosa fonte de informações. Em junho de 2008, o Ministério da Educação produziu um documento com as concepções e diretrizes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (2012, *web*). Nesse material, foi possível entender a perspectiva histórica pela qual passou a educação profissional tecnológica.

A educação profissional tecnológica surgiu no Brasil em 1909, através das Escolas de Aprendizes Artífices, a justificativa do Estado Brasileiro para a criação dessas escolas, segundo o documento *Concepções e Diretrizes* (2008, p.13), “era a necessidade de prover as classes proletárias de meios que garantissem a sua sobrevivência”. Aos objetivos das Escolas “se associavam a qualificação da mão-de-obra e o controle social de um segmento especial: os filhos das classes proletárias, jovens e em situação de risco social [...]”.

Segundo Cristofolini (2002), no Brasil, o controle do governo sobre a população fica evidente sobretudo no Regime do Estado Novo (1937-1945), com o despertar do nacionalismo e imposição da nacionalização. O Estado impulsionado pelo desejo de modernização, estrategicamente, interessa-se pela educação, criando escolas públicas para promover a divulgação da língua, da história e da cultura luso-brasileira.

Cristofolini (2002) escreve também que o Estado percebe que a educação era importante para garantir a segurança nacional e para alcançar o progresso e a ampliação da cidadania, aumentando o número de votantes nas eleições, ou seja, a educação se torna alvo de estratégia política do governo ao perceberem o poder da mesma sobre a sociedade.

Foi no período entre 1930 e 1945, de acordo com o documento que trata das concepções e diretrizes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (2012, *web*), que a economia brasileira alterou o seu eixo econômico de agroexportador para a atividade industrial, consagrando, dessa forma, a qualificação da mão de obra. A existência das Escolas de Aprendizes Artífices, que mediava a educação profissional e tecnológica, vai ao encontro

dos interesses do capital industrial. Em 1942, as Escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em Escolas Industriais e Técnicas.

É nesse período que se inicia a vinculação formal do ensino industrial com a estrutura de ensino do país, pois alunos formados nos cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior nas áreas de suas respectivas formações.

Em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias, com isso ganham autonomia administrativa, didático-pedagógica e passam a ser denominadas Escolas Técnicas Federais. Essa época foi importante por intensificar a formação técnica de mão de obra, indispensável nesse tempo em que o Brasil passava pelo processo de industrialização, com destaque para a indústria automobilística, que influenciou na área de infraestrutura, principalmente com relação a energia e transporte.

No ano de 1971, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB obriga todas as matrizes curriculares de 2º grau a serem integradas a um currículo técnico-profissional. A intenção era formar técnicos com urgência.

O ano de 1978 também foi importante pelo fato de três escolas técnicas federais se transformarem em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). Essa mudança permitiu a oferta de níveis mais elevados de ensino nos CEFET's do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, principalmente para formar engenheiros e tecnólogos.

Na década de 90, a educação profissional sinalizava outras transformações para se adequar às mudanças sociais locais e regionais, potencializando o surgimento de uma rede federal de educação profissional.

Em 1994, a Lei Federal nº 8.984 instituiu no Brasil o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando todas as escolas técnicas federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, implementado efetivamente a partir de 1999.

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996, Lei nº 9.394, bem como o Decreto nº 2.208, que regulamenta os artigos da LDB relacionados à Educação Profissional, contribuíram para uma efetiva reforma da educação profissional.

Em 2004 foi a vez das escolas agrotécnicas federais receberem autorização para ofertar cursos superiores de tecnologia em nível de graduação.

Intensificam-se, a partir daí, as políticas públicas de expansão da educação profissional e, dentro desse contexto de desenvolvimento local e regional, o governo toma a decisão de ampliar a rede federal de educação profissional e tecnológica.

A primeira fase da expansão ocorreu em 2006, atingindo os estados que não dispunham dessas instituições e teve seu auge entre os anos de 2008 e 2010.

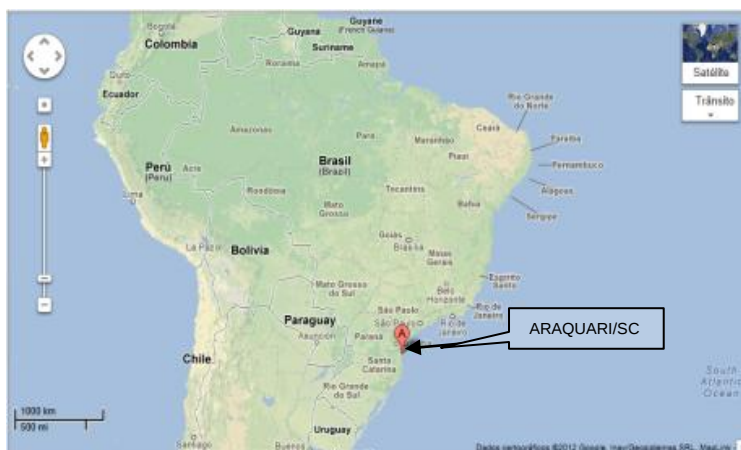
O Instituto Federal Catarinense – *Campus Araquari*, objeto de estudo desta dissertação, faz parte dessa política pública de expansão da rede federal de ensino profissional e tecnológica, processo que se compromete com o desenvolvimento local e regional e se consolida como política pública por se integrar ao todo social e por estar articulado com políticas de trabalho, renda, desenvolvimento setorial, ambiental e educacional.

E foi este processo de criação e desenvolvimento da instituição que nos despertou o interesse de analisar a memória institucional do Instituto Federal Catarinense – *Campus Araquari*, como possível contribuição para o reconhecimento da instituição como patrimônio cultural.

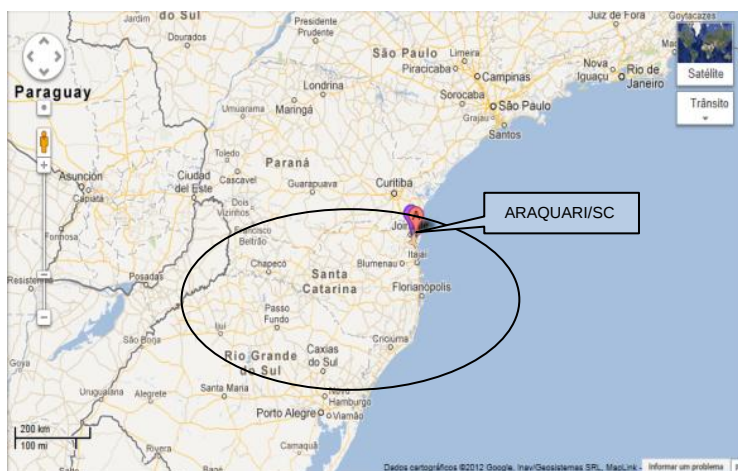
1.1. A CIDADE ONDE SE LOCALIZA O CASO

A cidade de Araquari está localizada na região Norte-Nordeste do estado de Santa Catarina e faz limite com as cidades de Joinville, São Francisco do Sul, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Guaramirim e São João do Itaperiú.

As figuras 01 e 02 nos apresentam a localização da cidade de Araquari dentro dos mapas do Brasil e de Santa Catarina respectivamente.

FIGURA 01 – MAPA DO BRASIL - LOCALIZAÇÃO DA CIDADE DE ARAQUARI/SC

FONTE: Disponível em <http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=ll> (2013)

FIGURA 02 – MAPA DE SANTA CATARINA – LOCALIZAÇÃO DE ARAQUARI/SC

FONTE: Disponível em <http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=ll> (2013)

Segundo o site oficial do município (2012, *web*), o nome atual da cidade foi dado em 1943 e significa “Rio de Refúgio dos Pássaros”, na língua tupi-guarani. O nome foi escolhido devido ao grande número de aves existentes no canal que faz a divisa entre os municípios de Araquari e São Francisco do Sul.

Segundo Pereira (2008), na época da criação da Escola de Iniciação Agrícola de Araquari, em 1954, a cidade possuía aproximadamente sete mil habitantes, indivíduos que viviam basicamente da agropecuária e da pesca artesanal.

Pereira (2008) descreve também que os moradores da cidade tinham dificuldade de acesso à escola, desta forma poucos sabiam ler e escrever. Os estudantes que concluíam o primário na escola da cidade se quisessem

prosseguir os estudos precisavam se deslocar para Joinville ou Jaraguá do Sul para cursar o ginásio, termo utilizado na época para o 2º ciclo do Ensino Fundamental.

O autor relata que até meados da década de 1940, a cidade de Araquari vivenciou bons momentos em termos econômicos, impulsionada pela exportação da madeira. As madeireiras instaladas em Araquari compravam madeira do planalto norte catarinense. Esta madeira vinha de trem para o porto de Araquari e seguia então para outros estados brasileiros e principalmente para a Argentina.

Pereira (2008) diz que ao final da década de 1940, a economia da cidade gerada entorno da madeira entrou em declínio, os principais motivos foram a escassez da matéria prima no planalto catarinense e o início da fabricação de caixas de papelão para a embalagem de produtos. Diante desta crise, muitas pessoas deixaram a cidade de Araquari para morar em cidades próximas como São Francisco do Sul e principalmente Joinville, esta última era mais procurada, pois passava pelo processo de desenvolvimento urbano-industrial.

Diante do contexto em que se apresentava a cidade de Araquari, Pereira (2008) relata que o então Senador Carlos Gomes de Oliveira, representante da região norte catarinense, visualiza a possibilidade de criação de uma escola agrícola na cidade, para melhorar as condições de vida da população e dos colonos da cidade de Araquari, que não dispunham de assistência técnica e ajuda do governo.

É nesse contexto que Garcia (1989) escreve que a origem da escola está relacionada ao ato do Senador Carlos Gomes de Oliveira de apresentar Projeto de Emenda ao Orçamento com o objetivo de reivindicar recursos para a construção de uma escola agrícola na região norte de Santa Catarina.

Se a Escola de Iniciação Agrícola de Araquari surge em um momento de estagnação econômica da cidade, por outro lado em nível nacional, escreve Pereira (2008), o contexto econômico era marcado pelo crescimento industrial próxima de 10% ao ano, devido à política de substituição das importações gerada pela dificuldade de compra de produtos no exterior a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

É diante deste contexto que segundo Pereira (2008), o governo Getúlio Vargas, incentiva a criação de escolas profissionalizantes com o objetivo de apoiar o desenvolvimento socioeconômico. E em 1954 é criada a Escola de Iniciação Agrícola de Araquari.

Conforme dados do IBGE (2010), a cidade conta com uma população de 24.814 habitantes, distribuídos numa área de 401,831 km². A cidade está dividida em comunidades rurais e perímetro urbano. Um dos bairros que está localizado no perímetro urbano é o bairro Colégio Agrícola, onde fica o Instituto Federal Catarinense – *Campus Araquari*.

Araquari pertence a uma região descrita no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFC (PDI, 2012, *web*), como sendo a que exibe maior concentração industrial do estado, com atividades econômicas diversificadas entre os setores da indústria, comércio e agropecuária.

O *Campus Araquari* se localiza as margens da BR 280, KM 27 e é o único da região a oferecer, de forma gratuita, educação profissional técnica integrada nas áreas de agropecuária e informática, além de outros cursos em diferentes níveis de ensino.

2. CONCEITOS RELEVANTES DA PESQUISA

Na busca por respostas para o nosso problema de pesquisa que é, como a memória institucional pode contribuir para o reconhecimento do Instituto Federal Catarinense – Campus Araquari como patrimônio cultural, nos deparamos com termos e palavras que precisavam ser aprofundados para que entendamos seus reais significados e relações com o objeto de estudo.

Os termos e palavras que serão descritos neste capítulo têm a intenção de elucidar conceitos para nós, pesquisadores, pois precisamos ter clareza do que estamos estudando, além de contribuir com os leitores desta dissertação, pois diante desses conceitos, saberão em que nos baseamos para construir nosso pensamento e nossas análises.

2.1. INSTITUIÇÃO, INSTITUIÇÃO DE ENSINO E PATRIMÔNIO CULTURAL

O relato do caso, no capítulo anterior, apresentou uma instituição de ensino como objeto de estudo desta pesquisa. Diante disso, surgiram as primeiras perguntas relacionadas aos conceitos, pois afinal, o que é uma instituição? Para que ela serve? E uma instituição de ensino? Qual o seu papel?

Para esclarecer esses conceitos, fomos em busca de autores que definem instituição e instituição de ensino. Começamos estudando o autor Saviani (2007, p. 4), que analisa o campo institucional sob o olhar da filosofia da educação,

[...] a palavra “instituição” guarda a ideia comum de algo que não estava dado e que é criado, posto, organizado, constituído pelo homem. Mas essa é ainda uma ideia muito geral, pois as coisas que o homem cria são muitas e dos mais diferentes tipos e nem todas podem ser consideradas como instituição.

Ainda seguindo esta linha de pensamento o mesmo autor acrescenta que,

[...] além de ser criada pelo homem, a instituição apresenta-se como uma estrutura material que é constituída para atender a determinada necessidade humana, mas não qualquer necessidade. Trata-se de necessidade de caráter permanente. Por isso a instituição é criada para permanecer. (SAVIANI, 2007, p.4)

Saviani (2007), ainda nos explica que as instituições, por serem um produto humano, são também históricas e, por esse motivo, apresentam uma transitoriedade definida pelo tempo histórico.

O autor também defende que as instituições são necessariamente sociais, tanto na origem quanto no seu funcionamento, pois se constituem de um conjunto de agentes que tecem relações entre si e com a sociedade em que se relacionam.

Sob o olhar da história, Costa (1997, p. 80) define instituição da seguinte forma:

Uma instituição é, pois, obra coletiva, criação social, cultural, acontecimento. São agenciamentos coletivos que se instituem no seio das relações sociais. As instituições são construídas historicamente e trazem embutidos, em seu processo instituinte, mecanismos de controle social, estabelecendo regras e padrões de conduta que venham a garantir o seu funcionamento e o exercício de suas funções reprodutoras, que tendem à estabilidade e que obedecem a uma certa regularidade. Trata-se de reproduzir uma determinada ordem alcançada, com a intenção da manutenção dessa ordem.

A mesma autora ainda nos diz que, quando falamos de instituições, falamos também de “resistências, ambivalências e conflitualidades. Pois trata-se de um jogo de forças, traduzido em práticas conflitantes que os atores sociais desempenham. É um jogo de poder”. (COSTA, 1997, p.89)

E uma instituição de ensino, instituição específica deste caso, qual o seu papel?

Werle (2004, p.111) defende que as instituições de ensino são espaços tanto objetivos quanto subjetivos, pois dentro delas vivenciamos “relações, valores, normas, poder, experiências de lideranças, rivalidades, conflitos e competição”.

E quais as relações que podem ser feitas de uma instituição de ensino com o Patrimônio Cultural? Afinal, o que é Patrimônio Cultural?

Questões relacionadas a Patrimônio Cultural vêm sendo discutidas amplamente nos últimos anos. Segundo Chauí (2003, p. 53), a ideia de patrimônio cultural surge no século XIX com a invenção da ideia de nação, e costuma ser associada a três aspectos:

- 1) o conjunto de monumentos, documentos e objetos que constituem a memória coletiva; 2) as edificações cujo estilo desapareceu e cujos exemplares devem ser conservados a título da lembrança do passado da coletividade; 3) as instituições públicas encarregadas de zelar pelo que foi definido como patrimônio da coletividade: museus, bibliotecas,

arquivos, centros de restauro e preservação de monumentos, documentos, edificações e objetos.

Na visão de Funari e Pelegrini (2008) o conceito de patrimônio cultural tem relações com as identidades sociais e é resultado das políticas nacionais e das solicitações de defesa da diversidade. Esses autores relatam que nos séculos XVIII e XIX, o patrimônio cultural estava relacionado com a ideia de nacionalidade e à defesa daquilo que poderia representá-la. No entanto, essa ideia, que era restrita ao excepcional, atualmente está mais próxima do cotidiano das pessoas, trazendo importância para as coisas que rodeiam determinada comunidade.

A palavra patrimônio, em nosso cotidiano, tem forte relação com os bens materiais que se tornam bens de valor. No entanto, a partir do sentido material, chegamos ao sentido imaterial, identificado às coisas que possuem valor para o indivíduo, mas não possuem um preço. (FUNARI, 2008)

Assim como na teoria, no contexto do senso comum, o patrimônio cultural material foi por muito tempo mais valorizado que o patrimônio cultural imaterial. Somente com o passar dos anos é que se passou a perceber que patrimônio material e imaterial possuem laços significativos que os mantêm em mesmo grau de importância.

Esse movimento de valorização das culturas, iniciado com os aspectos materiais, em geral produzido pelas elites, passou aos poucos a se expandir para as manifestações intangíveis e dos grupos sociais em geral, não apenas, pelos dominantes. (FUNARI, 2008, p.29)

Funari e Pelegrini (2009) nos fazem refletir que quando paramos para pensar no que nossos antepassados deixaram, vemos que não foram apenas bens materiais, mas também lições de vida e ensinamentos.

Na visão de Pelegrini e Funari (2008), o que levou o patrimônio imaterial a ser valorizado foram as alterações sofridas nos conceitos de cultura e patrimônio no decorrer dos tempos, juntamente com as transformações sociais, culturais, políticas e econômicas ocorridas na sociedade.

Para Salvadori (2008), um patrimônio se constitui a partir do seu valor material e/ou simbólico e, dentro da dimensão temporal, estabelece relações de “continuidade, ruptura, permanência ou mudança”. Segundo a autora,

[...] o patrimônio histórico-cultural, tomado como um dos suportes da memória coletiva, produz identidades sociais que são determinantes nos modos como os homens se apropriam da realidade que os cerca,

apresentam e lutam por suas ideias, identificam-se com certas propostas, recusam outras.(SALVADORI, 2008, p.31)

Esse pensamento nos faz refletir sobre quantas identidades podem ter sido produzidas, modificadas, lapidadas ou determinadas neste percurso de tempo de existência do Instituto Federal Catarinense – Campus Araquari desde os tempos de Colégio Agrícola. E como não valorizar uma instituição que fez e/ou faz parte da construção identitária de um sujeito? Como não valorizar a memória institucional desse espaço?

Os estudos realizados por nós reiteram, portanto, a ideia de que a instituição de ensino que é foco deste trabalho pode ser um patrimônio cultural, pois ao analisar sua memória encontramos, nos documentos, questões importantes explicitadas por sujeitos que participam e/ou participaram do contexto da instituição em algum momento da sua história.

Pomian, citado por Chauí (2003), utiliza a palavra semióforos para identificar os objetos que integram o patrimônio cultural. O termo semióforo é utilizado para alguma coisa ou acontecimento em que o valor principal não está em sua materialidade, mas sim na simbologia e no significado que faça sentido para uma coletividade. O conhecimento e os novos saberes produzem também novos semióforos e as Instituições de ensino, como mediadoras desses saberes, tornam-se locais carregados de significados. Dessa forma podem ser consideradas patrimônio cultural.

Fonseca (2003), explica que foi a partir de uma reflexão em torno da função do patrimônio e da crítica relativa à sua definição, que se passou a utilizar uma concepção mais ampla para a noção de patrimônio cultural, centrada em uma relação entre a sociedade e sua cultura. Nessa visão, as instituições, como espaços de memória e identidade, podem se enquadrar como exemplos de patrimônio cultural.

A autora coloca, ainda, que a ampliação do conceito de cidadania também contribuiu para esse novo enfoque da questão do patrimônio cultural, pois ocorreram implicações no reconhecimento dos direitos de acesso à memória, à cultura e à liberdade de criação, relacionando, assim, as áreas da Antropologia, Sociologia, Estética e História.

Menezes e Moraes (s/d, web) entendem as instituições de ensino como lugares de memória, constituídas de uma pluralidade de dispositivos científicos,

religiosos, políticos e pedagógicos. Nelas encontramos acervos históricos compostos por documentos administrativos, material de ensino que mostram as tendências pedagógicas, livros, material museológico (fotos de vários anos da instituição, mobiliário, equipamentos...). Esses elementos refletem a história da instituição e a interpretação desses acervos pode possibilitar a pesquisa e a divulgação da instituição como um patrimônio histórico-cultural.

Essas visões contemporâneas de patrimônio cultural nos fazem pensar que a memória institucional do IFC-Araquari, que estará representada neste estudo através da análise de documentos institucionais selecionados, pode contribuir para o reconhecimento da instituição como patrimônio cultural. Resta saber como essa contribuição é possível.

2.2. DOCUMENTOS E FONTES

Das possíveis fontes existentes para se trabalhar a memória institucional do Instituto Federal Catarinense – *Campus Araquari*, optou-se por analisar os documentos. Um dos autores que contribuíram para a definição conceitual sobre fonte foi Saviani (2004, p.4), afirmando que

Fonte é uma palavra que apresenta, via de regra, duas conotações. Por um lado, significa o ponto de origem, o lugar de onde brota algo que se projeta e se desenvolve indefinidamente e inesgotavelmente. Por outro lado, indica a base, o ponto de apoio, o repositório dos elementos que definem os fenômenos cujas características se busca compreender.

O autor expõe ainda que,

No caso da história, [...]. As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história. (SAVIANI, 2004, p. 5-6)

Saviani (2004) explica que se aplicam às fontes descritas anteriormente, as coisas que encontramos em acervos e que se apresentam de diferentes formas. Podem se apresentar na forma de documentos, vestígios, indícios,

objetos, que foram guardados e aos quais recorreremos quando precisamos compreender ou responder algo. O autor acrescenta que:

[...] os mencionados objetos só adquirem o estatuto de fonte diante do historiador que, ao formular o seu problema de pesquisa, delimitará aqueles elementos a partir dos quais serão buscadas as respostas às questões levantadas. Em consequência, aqueles objetos em que real ou potencialmente estariam inscritas as respostas buscadas erigir-se-ão em fontes a partir das quais o conhecimento histórico referido poderá ser produzido. (SAVIANI, 2004, p.6-7)

Saviani (2004) deixa claro que a escolha das fontes depende do objeto e objetivo da pesquisa e faz um destaque também na importância de saber qual recorte será feito no tema antes de se fazer a escolha por uma determinada fonte.

Essas explicações de Saviani sobre a importância da escolha da fonte na busca de atingir os objetivos da pesquisa nos fizeram perceber que, quando relatamos a parte histórica da instituição, nos detivemos principalmente em citar os cursos que foram criados em cada período pela qual passou a instituição.

Percebemos com isso que poderíamos trabalhar uma parte da memória institucional do IFC-Araquari levantando as atas de criação dos cursos da instituição, a fim de perceber o contexto em que essas criações de cursos estavam imersas e as falas dos servidores, registradas nas atas da instituição.

Para Werle (2004, p.31), “um processo de pesquisa que objetive a história de instituições escolares explicita a importância da preservação de documentos para a memória institucional e da sociedade”. Para a autora, um documento que subsidie a história de uma instituição deve ser analisado, criticado e relativizado, jamais deve ser tomado em si mesmo.

Na visão de Werle (2004, p.15),

A história das instituições escolares trabalha também com representações no sentido de tornar presente o que está ausente – presentificação do ausente -, como um esforço de construção de uma imagem da escola, como memória.

Acrescenta ainda que “os documentos, elementos pré-textuais, considerados no processo de acreditação são representações, simbolização da instituição, articuladas às relações de poder, a seus valores, práticas e propostas pedagógicas”. (WERLE, 2004, p.16)

Fica nítida, nesse sentido, a necessidade da existência de fontes para que seja possível interpretar a memória de uma instituição, e foi dentro desta particularidade que se optou pela fonte documental. No entanto, sabe-se que os documentos muitas vezes são tratados como verdade absoluta, enquanto deveriam ser tratados como uma das possíveis leituras ou representação da história da instituição.

Para a autora Rueda [et al.] (2011, p.78), “as empresas, instituições, organizações produzem ao longo de sua trajetória uma vasta quantidade de documentos fundamentais para a preservação da Memória Institucional”.

Ela especifica a importância da preservação da memória institucional através dos documentos e demais fontes dizendo que:

Essas informações, encontradas em diversos suportes, devem ser reunidas, fazendo-se mais do que necessário a concentração destes acervos, armazenados e organizados corretamente com a finalidade de estarem disponíveis para consulta porque retratam não só as atividades de uma instituição, mas a época em que está inserida, o tempo e o espaço que ocupa na sociedade, facilitando-se assim o entendimento da instituição como um todo. (RUEDA, et al, 2011, p.78)

Para Rueda [et al], (2011, p.79-80), “[...] a sociedade traduziu registros em informação” e para a autora “[...] a informação se qualifica como um meio entre o registro do conhecimento e a produção da memória social”.

Mas, o que é esta memória institucional que vimos citando no texto? O que se entende por memória e memória social? São estes termos que apresentaremos a seguir como continuação dos nossos estudos.

2.3. MEMÓRIA, MEMÓRIA SOCIAL E MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Nesse contexto em que nos propusemos a analisar a memória institucional do Instituto Federal Catarinense – *Campus Araquari* como possível contribuição para o reconhecimento da instituição como patrimônio cultural, é de suma importância o estudo dos conceitos de memória, memória social e memória institucional para embasamento da pesquisa.

Observando o reconhecimento e a importância que passou a ser dada para as questões referentes à memória e sua profunda relação com o patrimônio cultural, passamos a estudar mais profundamente este conceito, e

percebemos que a conexão entre memória e patrimônio cultural também tem contribuído para a valorização da história local.

Gourbert (1992 apud SILVA, 1999, p. 90) compartilha dessa ideia e diz:

Ora, se nesse campo da memória há um deslocamento para o alargamento da compreensão do patrimônio em sintonia com as mudanças em curso que sinalizam para uma dimensão plural do social, também essas modificações têm sua contrapartida em valorizações de uma história local que desde o século XIX vem se interpondo diante de uma perspectiva globalizante.

Recorremos também aos dicionários para os primeiros contatos com o significado da palavra memória. No dicionário de filosofia de Abbagnano (2000, p.657) encontramos a seguinte definição: “[...] possibilidade de dispor dos conhecimentos passados. Por conhecimentos passados é preciso entender os conhecimentos que, de qualquer modo, já estiveram disponíveis, e não já simplesmente conhecimento do passado.”

Na sequência, recorremos ao dicionário de Ciências Sociais (1986) para a definição de memória social, que nos mostrou duas linhas de pesquisa dentro de uma análise sociológica: a primeira, a da memória individual como fato social que abarca fenômenos fundamentais como as memórias pessoais; a segunda, a da memória social que se apresenta no sentido da identidade de grupos, classes, etnias, nações, através de categorias que representam fatores como: passado, tradição, história etc.

Diante das definições expostas relacionamos o IFC-Araquari com a segunda linha sociológica descrita por apresentar sentido com a identidade de grupos, no caso todas as pessoas que passaram ou continuam envolvidas de alguma forma com a Instituição e que possuem uma representação da instituição através da memória.

Fomos, na sequência, em busca de definições de outros autores para enriquecimento da pesquisa.

Salvadori (2008, p.29) expõe que a memória é uma capacidade biológica, mas que possui elementos de subjetividade. Segundo ela, é isso que explica porque algumas lembranças são mais significativas que outras e provocam sentimentos diferentes através de suas recordações. Para a autora,

[...] a memória é sempre presente e seus significados não estão prontos à espera de alguém que os resgate; não são um dado pronto e sim um processo de significação que se dá no interior de uma determinada cultura e, por isso mesmo, mutantes, provisórios,

inacabados. A memória não contém uma verdade sobre o passado e sim se presta a construir uma de suas possibilidades de interpretação.

Halbwachs (1950), citado por Davallon (2007, p.25), caracteriza a memória como sendo aquilo “que é vivo na consciência do grupo para o indivíduo e para a comunidade”. Halbwachs ainda acrescenta:

[...] lembrar um acontecimento ou um saber não é forçosamente mobilizar e fazer jogar uma memória social. Há necessidade de que o acontecimento lembrado reencontre sua vivacidade; e sobretudo, é preciso que ele seja reconstruído a partir de dados e de noções comuns aos diferentes membros da comunidade social. Esse fundo comum, essa dimensão intersubjetiva e sobretudo grupal entre eu e os outros específica, diz-nos Halbwachs, a memória coletiva. Mas a contrapartida seria que a memória coletiva “só retém do passado o que ainda é vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que o mantém”. Por definição, ela não ultrapassa o limite do grupo. (HALBWACHS IN DAVALLON, 2007, p.25)

Diante do que disse Halbwachs, Davallon reforça:

Estas duas constatações convidam a salientar o caráter paradoxal da memória coletiva: sua capacidade de conservar o passado e sua fragilidade devido ao fato de que o que é vivo na consciência do grupo desaparecerá com os membros deste último. (DAVALLON, 2007, p.25)

O destaque feito por Davallon (2007) nos faz lembrar que por mais que a memória esteja viva entre nós, isso não garante que esta memória existirá para sempre, ou seja, o sujeito se torna responsável por valorizar e registrar os passos da Instituição descrita neste estudo de caso, ação que talvez possa contribuir para o reconhecimento do IFC-Araquari como Patrimônio Cultural.

Candau (2011), ao conceituar de forma preliminar a memória, descreve que é uma faculdade do indivíduo, mas diz que no campo da Antropologia da memória, a importância do estudo da memória está na descoberta de suas formas de manifestação. O autor, que trata o assunto sob uma perspectiva antropológica, classifica a memória em: memória de baixo nível ou protomemória, memória propriamente dita ou de alto nível e metamemória.

Para este estudo de caso, a metamemória, na forma como foi conceituada pelo autor, se faz importante, pois pode ser aplicada tanto para o indivíduo quanto para grupos, desde que respeitadas as regras diferenciadas de aplicação. Candau (2011, p.23) define a metamemória como “a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória”, ou seja, engloba o conhecimento que tem dela com o que diz dela.

Afirma que no caso de grupos não designa uma faculdade, mas observa que uma eventual posse da metamemória pode ser pretendida por um grupo, pois seus membros podem produzir representações sobre uma suposta memória comum dos indivíduos deste grupo. No entanto, é uma representação sempre relativa.

Nesse sentido, algumas perguntas surgem ao pensar essa instituição como coletiva. Que representações são produzidas pelos grupos de alunos que passaram por ela? Que representações da instituição fazem os seus servidores? Quais as representações produzidas pelas pessoas da comunidade onde está inserida? Essas representações são positivas ou negativas? É importante se fazer despertar uma memória institucional?

Candau (2011, p.34) também nos chama a atenção para as confusões que podem existir entre metamemória e memória coletiva:

Ora, confundimos muitas vezes o fato de dizer, escrever ou pensar que existe uma memória coletiva – fato que é facilmente atestado – com a ideia de que o que é dito, pensado ou escrito dá conta da existência de uma memória coletiva. Logo, confundimos o discurso metamemorial com aquilo que supomos que ele descreve. Quando vários informantes afirmam recordar como eles acreditam que os outros recordam, a única coisa atestada é a metamemória coletiva, ou seja, eles acreditam se recordar da mesma maneira que os outros se recordam.

Candau (2011, p.35) alerta para que façamos “a distinção entre o dizer que há uma memória coletiva e realmente acreditar que ela exista”. Ele pontua que a memória coletiva existe somente no plano discursivo e não no concreto.

Sobre o processo de instabilidade da memória recorremos a Meneses (1999, p.13), que nos coloca o seguinte:

A memória, pois, tanto como prática, como representação, está viva e atuante entre nós. Isso, porém, não significa estabilidade e nem mesmo situação de equilíbrio e tranquilidade. Pelo contrário, seu status é extremamente problemático, a ponto de muitos especialistas, como Richard Terdiman (1993), diagnosticarem, no mesmo quadro acima delineado, uma verdadeira *crise da memória* na sociedade ocidental.

A crise da memória de que Meneses (1999) nos fala está no processo de externalização da memória, que se iniciou quando as sociedades deixaram de ser orais e passaram a se expressar através de registros, processo que se acentuou com o desenvolvimento da escrita, alfabetização, imprensa e registros eletrônicos.

A prova dessa crise vem com reivindicações de várias instituições como, por exemplo, empresas, associações, escolas, que trabalham para cultivar sua autoimagem com questões relacionadas ao resgate da história, recuperação e preservação daquilo que demonstra sua identidade, pressupondo, como nos coloca Meneses, uma essência frágil que precisa de cuidados para não se perder.

Meneses também diferencia memória e história:

De todo exposto, até aqui, evidencia-se como imprópria qualquer coincidência entre memória e História. A memória, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. Não se confunde com a História, que é forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva. A memória, ao invés, é operação ideológica, processo psíquico-social de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz. A memória fornece quadros de orientação, de assimilação do novo, códigos para classificação e para intercâmbio social. Nessa perspectiva, o estudo da memória ganharia muito se fosse conduzido no domínio das representações sociais.[...] A História não deve ser o duplo científico da memória; o historiador não pode abandonar sua função crítica; a memória precisa ser tratada como objeto da História. (MENESES, 1992, p. 22-23).

Fomos à busca também de pensamentos que relacionassem memória e instituição de ensino, especificamente, para aprofundar mais ainda o nosso objeto de estudo.

Pollak (1989, p.12) nos chama a atenção para a seguinte situação: “nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estáveis e sólidos que possam parecer, têm sua perenidade assegurada. Sua memória, contudo, pode sobreviver a seu desaparecimento...”

As colocações de Pollak (1989) nos remetem à transformação ocorrida com a passagem do antigo Colégio Agrícola para Instituto Federal Catarinense – *Campus Araquari*. Mesmo o Colégio Agrícola não existindo mais nos moldes em que funcionou por anos, pode existir a possibilidade de a comunidade e as pessoas que por lá passaram ainda manterem algumas vivências guardadas na memória, ou seja, representações da instituição. No entanto, essa memória pode se mostrar frágil como nos colocaram Meneses (1999) e Davallon (2007), necessitando, desta forma, de alguns cuidados para não se perder. Esses cuidados podem estar embutidos no registro que estamos fazendo neste estudo de caso sobre memória institucional, o que contribuiria para reforçar a

ideia de valorização e reconhecimento do IFC-Araquari como Patrimônio Cultural.

Diante disso, percebemos que por mais que a memória exista em forma de recordação nos grupos que passaram pela instituição, somos responsáveis pela revisitação e registro daquilo que foi significativo e ainda é dentro do contexto da instituição.

Após todas as reflexões, percebemos também que, nesse processo de revisitação e valorização da memória relacionada ao patrimônio histórico-cultural, é possível usarmos as palavras de Teves (2002, p. 67), quando nos diz que

A partir desse enfoque é possível dizer que falar de identidade e memória é falar de interpretação, é considerar documento enquanto monumento, é contar com um Imaginário Social presente nos textos, é trabalhar com metodologias que não excluem imagens como elementos estranhos ao processo de construção do conhecimento.

Mas onde estaria o elo entre a memória e as instituições? Para Costa (1997, p. 38),

O fio que vai amarrar a memória às instituições é o tempo. Pois a memória, em sua forma mais elementar, é fundamentalmente tempo, movimento do tempo. Tempo que traz a marca do esquecimento, mas que também se encarrega de conservar os presentes na medida em que passam.

Teria o tempo papel fundamental no conceito de memória institucional? Em qual campo a memória institucional está inserida?

A memória institucional está inserida no campo da memória social, conforme nos coloca Dedebei & Gouveia (2008, web), ao observar que a memória social foi tema relevante na passagem do século XX para o XXI e principalmente ao final da 2ª guerra mundial, quando veio à tona a preocupação de registrar as memórias dos principais fatos históricos, quer seja na literatura, arquitetura, monumentos ou comemorações, para não correr o risco de caírem no esquecimento.

É dessa preocupação em registrar temas relevantes para a sociedade que também se observou a importância dos registros dentro das instituições e demais organizações.

Segundo Rueda (2011), os estudos sobre memória institucional são reflexos dos estudos sociológicos, antropológicos e históricos relacionados à

memória que aconteceram a partir da década de 1970. Rueda (2011) escreve que na mesma época no Brasil,

A Memória Institucional vinha sendo tratada de forma mais acentuada em Centros de Memória, mais comumente nos órgãos públicos, em algumas instituições privadas e com maior prevalência em instituições acadêmicas. Fatores como o fim da ditadura, o processo de redemocratização, a promulgação da Constituição de 1988 e o início do acesso às revoluções tecnológicas, abriram a possibilidade de resgatar informações, para se conhecer a história do país e disponibilizar essas informações de forma organizada e transparente à sociedade. (RUEDA, [et al], 2011, p.85)

Para Rueda (2011), estão relacionados à Memória Institucional, os processos que se referem à trajetória da instituição, como dados, procedimentos, produtos e documentação, elementos que fazem parte da rotina da instituição e dos seus momentos de decisão e que devem estar organizados e seguros para que essas informações possam ser utilizadas sempre que necessário.

E é nesse sentido que Rueda (2011, p.86) escreve “[...] o termo Memória Institucional remete à ideia de legitimidade, criação e identidade [...]”

Costa, ao estudar memória institucional, vai ainda mais longe na sua reflexão. A autora entende que

Tendo em vista que as instituições funcionam em rede no campo social, o limite de uma instituição é outra instituição. E as informações relevantes para a recuperação da memória institucional devem ser, por isso, buscadas não apenas nos materiais e fontes internas, mas fora dos muros institucionais. A memória institucional está em permanente elaboração, pois é função do tempo. (COSTA, 1997, p. 145)

Costa (1997, p.152) ainda expõe que o conceito de memória institucional está no discurso dos autores e também “em cada indivíduo e em cada instituição, sendo construído e reconstruído a cada dia de nossas experiências.”

Diante desse contexto de memória institucional, esta dissertação tem a intenção de fazer um recorte dentro do estudo de caso para verificar o que se tem de memória institucional relacionada à criação dos cursos no Instituto Federal Catarinense – *Campus* Araquari, analisando como essa memória institucional pode contribuir para o reconhecimento do IFC– Araquari como Patrimônio Cultural.

Nesse sentido, faz-se importante a observação do processo histórico de construção da instituição pois, como aborda Clarice Nunes, citada por Werle

(2004), o conhecimento do passado promove a compreensão do presente e dos sentidos atribuídos nos processos de mudança.

Dessa forma, compreendemos a importância de se comparar passado, presente e de vislumbrar o futuro na intenção de verificar os motivos que envolvem as transformações.

[...] a maior parte da ação humana consciente, baseada em aprendizado, memória e experiência, constitui um vasto mecanismo para comparar constantemente passado, presente e futuro. As pessoas não podem evitar a tentativa de antever o futuro mediante alguma forma de leitura do passado. (HOBBSAWN, 1998, p.50 In WERLE, 2004, p.111).

2.4. O SUJEITO, INDIVÍDUO PARTICIPANTE DA INSTITUIÇÃO

Werle (2004, p. 111) escreve que as instituições de ensino são espaços tanto objetivos quanto subjetivos, pois dentro delas vivenciamos “relações, valores, normas, poder, experiências de lideranças, rivalidades, conflitos e competição”.

Essas vivências citadas pela autora também fazem parte da rotina diária da Instituição que estamos estudando, afinal, ela só funciona com o envolvimento dos sujeitos que ali estão diariamente: técnicos administrativos, docentes, discentes, demais colaboradores e comunidade externa.

A concepção de sujeito vem passando por diversas modificações no decorrer da história da sociedade e essas transformações estão sendo amplamente estudadas pela ciência social.

Esse processo de mudanças na sociedade está produzindo um novo tipo de sujeito, que se forma e se transforma de acordo com os sistemas, as culturas que os rodeiam. Esse sujeito, segundo Hall (2006, p.13), “assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu coerente’ e que vive numa sociedade que se encontra no processo de mudança chamado de globalização.”

Trazendo essas mudanças sociais geradas pela globalização para o contexto da pesquisa, observamos que elas interferem em todos os processos institucionais. Entretanto, daremos maior ênfase às interferências realizadas pelos sujeitos nas reuniões em que ocorreu votação para criação de novos

curso dentro da instituição, mostrando sempre a importância dessas discussões registradas em documentos, para a memória institucional.

Nesse contexto, não podemos esquecer que as demandas do entorno da instituição também se modificam e os sujeitos gestores precisam estar atentos às realidades que se apresentam.

Concomitantemente a toda essa transformação do sujeito, nosso objeto de estudo também passou por transformações, que aumentaram consideravelmente o número de sujeitos que passaram a frequentar a instituição, conforme exposto no primeiro capítulo.

Nesse aspecto, pensando no processo que transformou o Colégio Agrícola no IFC-Araquari e paralelamente ao processo de transição pelo qual passa a sociedade, concordamos com Bauman (1998, p.19) quando ele diz:

[...] a chegada de um estranho tem o impacto de um terremoto[...] O estranho despedaça a rocha sobre a qual repousa a segurança da vida diária. Ele vem de longe; não partilha as suposições locais – e, desse modo, torna-se essencialmente o homem que deve colocar em questão quase tudo o que parece ser inquestionável para os membros do grupo abordado.

Bauman (1998, p.17) ainda nos chama a atenção que

Nenhum de nós pode construir o mundo das significações e sentidos a partir do nada: cada um ingressa num mundo “pré-fabricado”, em que certas coisas são importantes e outras não o são; em que as conveniências estabelecidas trazem certas coisas para a luz e deixam outras na sombra.

Ao ler as afirmações de Bauman, fomos remetidos aos possíveis confrontos de ideias que podem ter ocorrido no processo de transformação de uma instituição para outra e com a chegada de inúmeros novos sujeitos para fazer parte dessa nova trajetória. Se realmente o sujeito se modifica de acordo com as mudanças que ocorrem na sociedade, podemos dizer que dentro de uma instituição de ensino os sujeitos também se modificam de acordo com as transformações que acontecem em sua trajetória, e será que não ocorre realmente um terremoto internamente entre os sujeitos pertencentes a instituição?

Da mesma forma, ao analisar o Instituto Federal Catarinense – *Campus Araquari*, objeto de estudo dessa dissertação, temos que estar cientes de que as interpretações que estão sendo produzidas e aqui descritas não são fixas e partem de uma análise documental, que acontece pelo olhar de um

pesquisador, que também é um sujeito com vivências e experiências na sociedade e que, conseqüentemente, interferem em suas análises e interpretações.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Para atingir o objetivo da dissertação de analisar a memória institucional do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Araquari como possível contribuição para o reconhecimento da instituição como patrimônio cultural, optamos pela metodologia qualitativa, por entender que o estudo da Instituição de ensino se enquadra dentro da área das ciências sociais e se apresenta como um espaço repleto de significados que possibilitam a investigação.

3.1. PESQUISA QUALITATIVA, BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL

Segundo Minayo; Sanches (1993), uma análise qualitativa completa é realizada através da interpretação do conteúdo dos discursos ou da fala cotidiana, seguindo um quadro de referência. Nesse quadro de referência, os objetivos das instituições ultrapassam as mensagens manifestadas e atingem os significados ocultos ou que não estavam aparentes. Para esses autores:

A abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas. (MINAYO; SANCHES, 1993, p.244)

Granger, citado por Minayo; Sanches(1993, p.246), diz que “um verdadeiro modelo qualitativo descreve, compreende e explica, trabalhando exatamente nessa ordem.” Dentro da pesquisa qualitativa, utilizamos de revisão bibliográfica para compreensão dos conceitos de patrimônio cultural, memória, memória social, memória institucional, instituição, documentos, fontes, entre outros conceitos que se mostrarem necessários durante a pesquisa.

A revisão bibliográfica, segundo Alves (1992), além de ser um fator imprescindível, é um aspecto essencial no processo de produção de novos conhecimentos e na construção do objeto de pesquisa dentro da área escolhida.

Concomitantemente à revisão bibliográfica, será realizado o estudo de caso através de análise documental, na intenção de verificar as possíveis

contribuições da memória institucional no reconhecimento do Instituto Federal Catarinense – *Campus Araquari* como patrimônio cultural.

Para Yin (2001, p.21), “o estudo de caso contribui, de forma inigualável para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos.”

Yin (2001) também explica a relevância das informações documentais para o estudo de caso, já que elas corroboram e valorizam as evidências encontradas em outras fontes. O autor fala também da importância da construção de um protocolo para o estudo de caso pois as regras gerais e procedimentos contidos no protocolos, se seguidos na prática, aumentam a confiabilidade da pesquisa.

May (2004) visualiza na pesquisa documental uma forma de se reforçar o entendimento em pesquisas com estudo de caso. Ele explica que os documentos são grande fonte de pesquisa e permitem comparações com as interpretações dos eventos feitas pelo observador.

O autor acrescenta que os documentos podem sinalizar muito, “sobre a maneira na qual os eventos são construídos, as justificativas empregadas, assim como fornecer materiais sobre os quais basear investigações mais aprofundadas.” (MAY, 2004, p.205)

May (2004) ainda nos explica que os documentos, lidos como formas de consolidação das práticas sociais, possuem o poder de informar e estruturar as decisões tomadas pelas pessoas diariamente e em longo prazo. Falam-nos de aspirações, intenções e objetivos dos períodos aos quais se referem. E também descrevem os espaços e as relações que aconteceram dentro de um contexto em uma época.

Observa-se, neste sentido, que o pesquisador, por exemplo, ao fazer a leitura de uma ata de reunião administrativa, deve prever um estudo do momento político interno e externo em que o documento foi elaborado, pois isso permitirá uma crítica respaldada no contexto do momento em que os fatos ocorreram.

O período contemplado pela dissertação vai de 1954 a 2012, no sentido de contextualização histórica da instituição, ou seja, do início da construção da escola até os dias atuais. Para a análise documental, optou-se pelos documentos institucionais - as atas de reuniões que tiveram como pauta a

submissão de cursos para aprovação do colegiado. Houve criação de cursos na instituição nos seguintes anos: 1959, 1968, 1975, 1997, 2001, 2005, 2008, 2009, 2010 e 2011, no entanto as atas de criação de cursos encontradas se restringem ao período entre 2005 e 2010, mas contemplam os cursos criados para 2011. A intenção é a de apresentar processos importantes verificados pelo estudo da memória institucional do IFC-Araquari dentro do contexto institucional de cada época.

3.2 ESTRATÉGIA DE PESQUISA: ESTUDO DE CASO

Para a realização desta dissertação, optou-se por utilizar a estratégia do estudo de caso, pois o objetivo da dissertação foi o de analisar a memória institucional do IFC-Araquari como possível contribuição para o reconhecimento da instituição como patrimônio cultural. Segundo Martins (2006), o estudo de caso trata-se de uma investigação empírica que penetra em um contexto real para descrevê-lo, compreendê-lo e interpretá-lo.

Para este mesmo autor, o estudo de caso é precedido pela exposição do problema de pesquisa. Podemos dizer que, em nosso caso, o interesse está em verificar como a memória institucional pode contribuir para o reconhecimento do IFC-Araquari como patrimônio cultural.

Martins (2006) diz que deve haver um planejamento para a investigação, incluindo a descrição dos instrumentos de coletas de dados, estratégias de coleta e análise dos dados e avaliações detalhadas sobre a confiabilidade e validade do estudo. Um estudo de caso deve ser importante, eficaz, suficiente e relatado de maneira atraente.

Defendemos que o caso em estudo é importante, pois é original e revelador no sentido de ampliar os estudos conceituais sobre memória institucional e analisar a memória institucional do IFC-Araquari como possível contribuição para o reconhecimento da instituição como patrimônio cultural.

É um estudo inédito, uma vez que oferece descrições e interpretações sobre alguns documentos institucionais que contribuíram com o esclarecimento do problema de pesquisa.

Este estudo de caso contribuirá com os gestores no sentido de observarem teoricamente o que é a memória institucional, perceberem se ela existe na instituição em estudo, verificarem como está sendo utilizada e como poderia ser utilizada como forma de contribuição para o processo de gestão institucional e consequentemente para o reconhecimento do IFC-Araquari como patrimônio cultural.

Estive atenta para que o rigor científico fosse amplamente seguido neste estudo, gerando, assim, confiabilidade aos dados apresentados. Para levantamento dos dados institucionais, foi utilizada a Pesquisa Documental e também providenciou-se a construção de um protocolo, contendo todo o planejamento desenvolvido até a conclusão do estudo de caso garantindo, dessa forma, explicações científicas sobre o caso investigado.

Martins (2006) nos diz que alguns cuidados devem ser tomados por pesquisadores que fazem parte da organização onde se realiza o estudo de caso, na intenção de não contaminar suas análises e interpretações com impressões e juízos de valores que em nada contribuirão para a compreensão e solução do caso em estudo.

Os resultados esperados com esta dissertação são os de proporcionar para a Instituição de ensino uma reflexão sobre a importância da sua memória institucional e apresentar possíveis contribuições dessa memória institucional para o reconhecimento da instituição como patrimônio cultural. O registro das análises documentais promovidas por esta dissertação também poderão se tornar importante material de memória institucional do Instituto Federal Catarinense – *Campus Araquari*.

Pretende-se também que esta dissertação possibilite um novo olhar dos gestores para com a memória institucional do IFC-Araquari e que eles viabilizem a organização dessa memória, compondo um banco de dados com os documentos institucionais, oportunizando acessibilidade dessa informação ao público interno e externo promovendo, assim, uma maior divulgação da instituição.

4. O CASO E A SELEÇÃO DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

Para verificar se a memória institucional do Instituto Federal Catarinense – *Campus Araquari*, encontrada nos documentos institucionais, pode contribuir para o reconhecimento da instituição como patrimônio cultural, escolhemos realizar esta verificação focando nas atas de criação de cursos da instituição. Entendemos que essas atas trazem importante registro de tomadas de decisão dentro da instituição e, conseqüentemente, estão relacionadas à memória institucional.

A escolha também se deve ao entendimento que temos de que uma instituição de ensino se constrói e se apresenta à sociedade através dos cursos que oferta e da qualidade desses cursos, pensando sempre na demanda de procura no contexto em que se encontra.

Pensamos, assim como Rueda (2011), que todos os processos que se referem à trajetória de uma instituição estão relacionados à memória institucional. Ou seja, estamos convictos que dados, procedimentos e documentos que fazem parte da rotina de uma instituição e de seus momentos de decisão, devem estar organizados e seguros para que essas informações possam ser utilizadas sempre que necessário.

Dessa forma, este capítulo tem como objetivo apresentar como ocorreu a escolha dos documentos institucionais, o processo de criação de protocolo para análise dos documentos dentro deste estudo de caso, bem como as análises realizadas nos documentos institucionais para verificação de possíveis contribuições para o reconhecimento da instituição como patrimônio cultural.

4.1. CRIAÇÃO DO PROTOCOLO PARA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

Para a análise das atas de criação dos cursos do Instituto Federal Catarinense – *Campus Araquari*, realizou-se a construção de um protocolo de procedimentos a serem seguidos para a realização das verificações científicas durante a pesquisa.

Para a criação do protocolo do estudo de caso, nos baseamos no autor Yin (2001), que afirma que um protocolo contém as regras e procedimentos que norteiam a utilização do instrumento. O autor explica que a criação de um protocolo aumenta a confiabilidade de uma pesquisa de estudo de caso e orienta o pesquisador em sua jornada de pesquisa do caso em estudo.

Yin (2001) diz que um protocolo deve conter as seguintes seções:

- Visão geral do projeto do estudo de caso (objetivos, problema de pesquisa, cenário de onde ocorrerá e leituras sobre a investigação do caso);
- Procedimentos de campo (acesso aos locais do caso em estudo e as fontes de informações);
- Questões específicas do estudo de caso (essas questões devem estar na mente do pesquisador durante todo o processo de coleta e registro de informações e devem vir acompanhadas de fontes prováveis de evidências);
- Guia para o relatório do estudo de caso (resumo, informações bibliográficas e outros documentos).

“As evidências para um estudo de caso podem vir de seis fontes distintas: documentos, registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos.” (Yin, 2001, p.105)

Para este estudo de caso, optou-se pela utilização de documentos e registros em arquivo da instituição como fontes de pesquisa.

Yin (2001, p.107) considera como evidências em documentos o seguinte:

Cartas, memorandos e outros tipos de correspondências; Agendas, avisos e minutas de reuniões, e outros relatórios escritos de eventos em geral; Documentos administrativos – propostas, relatórios de aperfeiçoamentos e outros documentos internos; Estudos ou avaliações formais do mesmo “local” sob estudo; Recortes de jornais e outros artigos publicados na mídia.

E considera os seguintes registros em arquivos como evidências:

Registros de serviço, como aqueles que registram o número dos clientes atendidos em um determinado período de tempo; Registros organizacionais, como as tabelas e os orçamentos de organizações em um período de tempo; Mapas e tabelas das características geográficas de um lugar; Listas de nomes e de outros itens importantes; Dados oriundos de levantamentos, como o censo demográfico ou os dados previamente coletados sobre um “local”; Registros pessoais, como diários, anotações e agendas de telefone.

Yin (2001, p.108) descreve pontos fortes e fracos para as evidências encontradas em documentos e registros em arquivos, da seguinte forma:

**QUADRO 01 - PONTOS FORTES E FRACOS DE REGISTROS DOCUMENTAIS E
ARQUIVÍSTICOS**

FONTE DE EVIDÊNCIA	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Documentação	• estável – pode ser revisada inúmeras vezes. • discreta – não foi criada como resultado do estudo de caso. • exata – contém nomes, referências e detalhes exatos de um evento. • ampla cobertura – longo espaço de tempo, muitos eventos e muitos ambientes distintos.	• capacidade de recuperação pode ser baixa. • seletividade tendenciosa, se a coleta não estiver completa. • relato de visões tendenciosas – reflete as ideias preconcebidas (desconhecidas) do autor. • acesso – pode ser deliberadamente negado.
Registros em arquivos	• <i>[Os mesmos mencionados para documentação]</i> • precisos e quantitativos.	• <i>[Os mesmos mencionados para documentação]</i> • acessibilidade aos locais graças a razões particulares.

[...]

FONTE: YIN (2001, p.108)

Yin (2001, p.123) também relata a importância da criação de um banco de dados para o estudo de caso, instrumento que será composto dos dados encontrados nas atas de criação de cursos oferecidos pelo IFC – Araquari.

A forma escolhida para composição do banco de dados desta pesquisa foi a criação de tabela, organizada de forma que possa ser utilizada posteriormente e composta de expressões-chave de termos ligados à memória institucional e ao patrimônio cultural, na intenção de permitir uma análise onde se busca integração entre as informações e que nos permita compreender se a memória institucional descrita nesses documentos institucionais pode contribuir para o reconhecimento do IFC – Araquari como patrimônio cultural.

QUADRO 02 - PROTOCOLO DE PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DAS ATAS

OBJETIVO: Analisar a memória institucional do Instituto Federal Catarinense – <i>Campus Araquari</i> como possível contribuição para o reconhecimento da instituição como patrimônio cultural.
PROBLEMA: Como a memória institucional pode contribuir para o reconhecimento do Instituto Federal Catarinense – <i>Campus Araquari</i> como patrimônio cultural?
CENÁRIO DO ESTUDO DE CASO: - Instituto Federal Catarinense – <i>Campus Araquari</i> ; - Pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental utilizando-se de estudo de caso; - Recorte do estudo da memória institucional: Análise documental das atas de criação de cursos do IFC – Araquari, para verificação de possíveis contribuições destas memórias institucionais documentais no reconhecimento da instituição como patrimônio cultural.
PERÍODO DE SELEÇÃO E ANÁLISE DAS ATAS: Fevereiro e Março/2013
ACESSO AOS LOCAIS As atas de criação dos cursos foram encontradas principalmente nos seguintes setores: Secretaria Escolar e Acadêmica; Coordenação Geral de Ensino; Pesquisa Institucional.
FONTES Atas de criação de cursos encontradas na forma impressa em setores da instituição.
CRIAÇÃO DE QUADRO PARA INSERÇÃO DAS INFORMAÇÕES COLHIDAS NAS ATAS Construção de um quadro (banco de dados) contendo expressões-chave encontradas no objetivo geral e problema de pesquisa, que nortearão a leitura das atas e servirão como base para a coleta preliminar das falas que envolvem estas expressões, em cada uma das atas de criação dos cursos do IFC – Araquari.

FONTE: Criação da autora.

QUADRO 03 – BANCO DE DADOS DAS FALAS ENCONTRADAS NAS ATAS DE CRIAÇÃO DE CURSOS

QUADRO PARA COLETA DAS FALAS NAS ATAS SELECIONADAS	Ata nº 41 (01/09/2005) Apresentação dos cursos PROEJA PESCA e PROEJA TÉC. EM MAN. DE EQUIP. DE INFORMÁTICA	Ata nº 67 (30/07/2007) de Reunião e do Conselho de Classe do Colégio Agrícola – CASC/O/UFSC – Ampliação de cursos	Ata (07/08/2008) da Reunião Extraordinária do Conselho de Representan- tes	Ata nº 131 (15/12/2008) de Reunião de Professores do Colégio Agrícola relativa às atividades do PROEJA	Ata nº 07 (29/04/2009) de Reunião de Colegiado do IFC - Araquari para avaliação de projetos de cursos de Licenciatura e Bacharelado	Ata nº 45 (10/12/2009) Conselho de Classe e Aprovação da Reestruturação do Curso de Aquicultura e nova matriz curricular	Ata nº 02/2010 (13/04/2010) – Reunião de Colegiado para aprovação do FIC	Ata 13/2010 (12/08/2010) – Criação dos cursos: Téc em Agrimensura, Licenciatura em Química, Téc. em Secretariado e FICSecretariado	Ata 14/2010 (26/11/2010) – Reunião de Colegiado – Aprovação do FIC Implementação e Manutenção de Jardins
	APRESENTAÇÃO	APRESENTAÇÃO	APROVAÇÃO	APRESENTAÇÃO	APROVAÇÃO	REESTRUTURAÇÃO	APROVAÇÃO	APROVAÇÃO	APROVAÇÃO
Expressão- chave: Memória Institucional (Documentos, local, sociedade, representação, elementos da trajetória)	Apresentação das matrizes curriculares dos Cursos: Técnico em Pesca e Técnico em Manutenção de Equipamentos de Informática, ambos na modalidade (PROEJA); Anúncio do resultado do concurso público de Meio Ambiente e Aquicultura; Leitura dos relatórios de Avaliação do processo de Estágio Probatório de 4 professores e aprovação.	Contratação de professores efetivos para 2008; Ampliação de novos cursos (PROEJA e Sistemas de Informação Concomitante); Necessidade de reunião para discutir os critérios de seleção para os candidatos do curso técnico em Sistemas de Informação Concomitante.	Reunião extraordinária para aprovação do Curso Técnico de Informática para Internet Subsequente ao Ensino Médio; Evasão de alunos dos cursos técnicos noturnos; Utilização do internato.	Proposta de abertura de PROEJA Agropecuária em 2009 através da pedagogia da alternância, com matriz diferenciada e tema gerador; PROEJA é um Decreto Federal e como tal, o destino é, cumpra-se, a finalidade é criar educação técnica com currículo mínimo com ensino integrado.	Apresentação, avaliação e posterior votação das propostas dos cursos com possibilidade de implantação no IF – Campus Araquari; Licenciatura em Ciências Agrárias, foi apresentada a justificativa legal, proposta de ementa e duração da graduação, a quem se destina e área de atuação do profissional. / Questionada pelo Profº F. a possibilidade de atuação do profissional e se a demanda foi claramente identificada, Profº S. responde que todo e qualquer curso pode ter dúvida de	Colocação da reestruturação do Curso de Aquicultura e da nova matriz curricular para aprovação, aprovado por unanimidade pelo colegiado.	Reunião pedagógica referente a aprovação do curso de Formação Inicial e Continuada – Processamento de Pescados em Barra do Sul relacionado ao Projeto Cambira, aprovado por unanimidade pelo colegiado; Aprovação de dois estágios probatórios de professores.	Apresentação dos seguintes cursos: Técnico em Agrimensura – Araquari 2011, Licenciatura em Química – Araquari 2011, Técnico em Secretariado – SFS 2011 e FIC Secretariado – SFS 2010/2. Todos os cursos foram aprovados por unanimidade; Profº S. – a cultura da instituição está voltada para os cursos técnicos e a partir dos institutos estamos enfrentando novos desafios, tais como Superior, PROEJA e FIC; Chegada dos novos professores	Aprovação do FIC Fundamentos em Implantação e Manutenção de Jardins 2011; Aprovação FIC Administração Pública na Educação 2011; Aprovação de Projetos de Extensão 2011; Aprovação de Projetos de Pesquisa 2011; Aprovação do Calendário Acadêmico 2011; Aprovação de Relatórios de Estágio Probatório.

						demanda e que se deve afinar a demanda e identidade de curso; Bacharelado em Sistemas de Informação, apresentou os objetivos, as justificativas de oferta para o curso, questões legais, propostas de ementa, tempo de graduação, vagas e viabilidade; Bacharelado em Medicina Veterinária, foram apresentados os objetivos do curso, justificativas, amparo legal, proposta de ementa, possibilidades de realização, alocação de recursos, ideias de cursos a serem elencados e demanda.			efetivos; Desenvolvimento do projeto do curso de Química.	
--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	--

QUADRO PARA COLETA DAS FALAS NAS ATAS SELECIONADAS	Ata nº 41 (01/09/2005) Apresentação dos cursos PROEJA PESCA e PROEJA TÉC. EM MAN. DE EQUIP. DE INFORMÁTICA	Ata nº 67 (30/07/2007) de Reunião e do Conselho de Classe do Colégio Agrícola – CASC GO/UFSC – Ampliação de cursos	Ata (07/08/2008) da Reunião Extraordinária do Conselho de Representan- tes	Ata nº 131 (15/12/2008) de Reunião de Professores do Colégio Agrícola relativa às atividades do PROEJA	Ata nº 07 (29/04/2009) de Reunião de Colegiado do IFC - Araquari para avaliação de projetos de cursos de Licenciatura e Bacharelado	Ata nº 45 (10/12/2009) Conselho de Classe e Aprovação da Reestruturação do Curso de Aquicultura e nova matriz curricular	Ata nº 02/2010 (13/04/2010) – Reunião de Colegiado para aprovação do FIC	Ata 13/2010 (12/08/2010) – Criação dos cursos: Téc em Agrimensura, Licenciatura em Química, Téc. em Secretariado e FICSecretariado	Ata 14/2010 (26/11/2010) – Reunião de Colegiado – Aprovação do FIC Implementação e Manutenção de Jardins
	APRESENTAÇÃO	APRESENTAÇÃO	APROVAÇÃO	APRESENTAÇÃO	APROVAÇÃO	REESTRUTURAÇÃO	APROVAÇÃO	APROVAÇÃO	APROVAÇÃO
Expressão- chave: Patrimônio Cultural (valores, tempo, representação)	-	-	-	Resumo histórico da pedagogia da alternância, origem na França em 1935 para resolver dois problemas: as questões relacionadas ao ensino regular que, por ser direcionado para as atividades urbanas, levava os adolescentes rurais a abandonar a terra e a necessidade de fazer chegar ao campo a evolução tecnológica que precisavam. O ensino-aprendizagem acontece em territórios diferenciados e alternados. Idealizada para minimizar o êxodo rural.	Afinar demanda e identidade de curso.	-	-	Novos cursos para 2010/2 e 2011 Profª S.: solicitou que os presentes fizessem sua apresentação devido à chegada dos novos professores efetivos.	-

QUADRO PARA COLETA DAS FALAS NAS ATAS SELECIONADAS	Ata nº 41 (01/09/2005) Apresentação dos cursos PROEJA PESCA e PROEJA TÉC. EM MAN. DE EQUIP. DE INFORMÁTICA	Ata nº 67 (30/07/2007) de Reunião e do Conselho de Classe do Colégio Agrícola – CASC GO/UFSC – Ampliação de cursos	Ata (07/08/2008) da Reunião Extraordinária do Conselho de Representan- tes	Ata nº 131 (15/12/2008) de Reunião de Professores do Colégio Agrícola relativa às atividades do PROEJA	Ata nº 07 (29/04/2009) de Reunião de Colegiado do IFC - Araquari para avaliação de projetos de cursos de Licenciatura e Bacharelado	Ata nº 45 (10/12/2009) Conselho de Classe e Aprovação da Reestruturação do Curso de Aquicultura e nova matriz curricular	Ata nº 02/2010 (13/04/2010) – Reunião de Colegiado para aprovação do FIC	Ata 13/2010 (12/08/2010) – Criação dos cursos: Téc em Agrimensura, Licenciatura em Química, Téc. em Secretariado e FICSecretariado	Ata 14/2010 (26/11/2010) – Reunião de Colegiado – Aprovação do FIC Implementação e Manutenção de Jardins
	APRESENTAÇÃO	APRESENTAÇÃO	APROVAÇÃO	APRESENTAÇÃO	APROVAÇÃO	REESTRUTURAÇÃO	APROVAÇÃO	APROVAÇÃO	APROVAÇÃO
Expressão- chave: Reconhecimento da Instituição	-	-	Sugestões de como a informática poderia ser potencializada no CASC GO.	Profª A. perguntou se o curso não irá esvaziar o subsequente por ser de forma reduzida, e que temos que preservar o nome da escola daí a responsabilidade de amarrar bem todos os pontos para não sofrer decepções antes de terminar o curso; Responsabilidade deve estar na elaboração do currículo.	-	-	-	Profº M.: Informática que é uma das áreas fortes do Instituto ; Profº M.: Durante o desenvolvimento do projeto do Curso de Química foram realizadas reuniões com Associações Comerciais que indicaram a necessidade destes profissionais também nas empresas; Seguir Plano de metas.	-

QUADRO PARA COLETA DAS FALAS NAS ATAS SELECIONADAS	Ata nº 41 (01/09/2005) Apresentação dos cursos PROEJA PESCA e PROEJA TÉC. EM MAN. DE EQUIP. DE INFORMÁTICA	Ata nº 67 (30/07/2007) de Reunião e do Conselho de Classe do Colégio Agrícola – CASC GO/UFSC – Ampliação de cursos	Ata (07/08/2008) da Reunião Extraordinária do Conselho de Representan- tes	Ata nº 131 (15/12/2008) de Reunião de Professores do Colégio Agrícola relativa às atividades do PROEJA	Ata nº 07 (29/04/2009) de Reunião de Colegiado do IFC - Araquari para avaliação de projetos de cursos de Licenciatura e Bacharelado	Ata nº 45 (10/12/2009) Conselho de Classe e Aprovação da Reestruturação do Curso de Aquicultura e nova matriz curricular	Ata nº 02/2010 (13/04/2010) – Reunião de Colegiado para aprovação do FIC	Ata 13/2010 (12/08/2010) – Criação dos cursos: Téc em Agrimensura, Licenciatura em Química, Téc. em Secretariado e FICSecretariado	Ata 14/2010 (26/11/2010) – Reunião de Colegiado – Aprovação do FIC Implementação e Manutenção de Jardins
	APRESENTAÇÃO	APRESENTAÇÃO	APROVAÇÃO	APRESENTAÇÃO	APROVAÇÃO	REESTRUTURAÇÃO	APROVAÇÃO	APROVAÇÃO	APROVAÇÃO
Expressão-chave: Contribuições para a sociedade	-	Profº J.: Necessidade de implantação do Curso Técnico em Informática, devido à demanda reprimida da região.	Externou-se a finalidade, público alvo e organização do curso .	Foram ouvidos representantes de Massaranduba, Guaramirim, Corupá, Jaraguá do Sul e Schroeder, o consenso foi de um curso na área de agropecuária que atendesse às necessidades dos produtores rurais e às demandas da comunidade. Índices da região mostram que apenas 28,7% dos alunos do ensino básico chegam ou concluem o ensino médio.	-	-	Rede CERTIFIC – Certificação de saberes de indivíduos da sociedade.	Profº M.: Agrimensura é também importante por sua interdisciplinarida- de com a informática que é uma das áreas fortes do Instituto; Licenciatura em Química – foram realizadas reuniões com a Associação Comercial que indicam a necessidade destes profissionais nas empresas; Plano de metas Audiência pública será realizada em SFS.	Convênio com a Prefeitura de Corupá, Curso ofertado para moradores do município de Corupá, aulas em Corupá e Araquari.
Quem escreveu a ata?	Não cita.	Sueli Regina de Oliveira	Rodrigo Martins Monzani	Angela Christina Patitucci	Angela Christina Patitucci	Anelise Destefani	Joice Seleme Mota	Joice Seleme Mota	Joice Seleme Mota

FONTE: Criação da autora.

4.2. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

As atas de criação de cursos do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Araquari foram os documentos relacionados à memória institucional, escolhidos para verificação das possíveis contribuições da memória institucional no reconhecimento da instituição como Patrimônio Cultural.

Nos meses de fevereiro e março de 2013 buscou-se resgatar, nos setores da instituição as atas de criação de cursos que já foram ofertados ou que continuam com oferta em andamento.

Sabemos que houve criação de cursos na instituição nos seguintes anos: 1959, 1968, 1975, 1997, 2001, 2005, 2008, 2009, 2010 e 2011, no entanto as atas de criação de cursos encontradas se restringem ao período entre 2005 e 2010, mas contemplam os cursos criados para 2011.

A busca pelas atas não foi fácil, pois se percebeu durante este processo que as atas de criação de cursos não se encontravam todas em um mesmo local. As atas encontradas, na forma impressa, estavam em algumas pastas junto com outras atas de reunião de colegiado, separadas por ano, outras foram encontradas anexadas ao respectivo Projeto de Curso e é importante relatar que as atas de cursos criados antes de 2005 não foram encontradas.

Foram selecionadas nove atas no total, de cursos criados no período de 2005 a 2010, escritas por cinco servidores diferentes, sendo cinco delas com clara colocação de cursos para aprovação do colegiado, três atas que somente apresentam novos cursos ao colegiado, mas não trazem a realização de votação com o parecer do colegiado e uma ata que reestrutura a matriz de um curso anterior a 2005, cuja ata de criação não foi encontrada.

Encontramos, nas cinco atas selecionadas, a aprovação pelo colegiado dos seguintes cursos:

- Cursos Técnicos na modalidade FIC (Formação Inicial e Continuada):

- FIC Processamento de Pescados;
- FIC Fundamentos em Implantação e Manutenção de Jardins;
- FIC Administração Pública na Educação;
- FIC Secretariado (*Campus* Avançado São Francisco do Sul);

- Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio:

- Curso Técnico de Informática para Internet Subsequente ao Ensino Médio;
- Curso Técnico em Agrimensura Subsequente ao Ensino Médio;
- Curso Técnico em Secretariado Subsequente ao Ensino Médio (*Campus Avançado São Francisco do Sul*);
- Cursos de Ensino Superior:
 - Licenciatura em Ciências Agrárias (O curso foi aberto com o nome de Licenciatura em Ciências Agrícolas);
 - Licenciatura em Química;
 - Bacharelado em Sistemas de Informação;
 - Bacharelado em Medicina Veterinária;

Os cursos que encontramos nas três atas que apresentavam cursos ou matrizes curriculares, mas que não continham parecer do colegiado são:

- PROEJA Técnico em Pesca;
- PROEJA Técnico em Manutenção de Equipamentos de Informática;
- PROEJA Agropecuária;
- Técnico em Sistemas de Informação Concomitante ao Ensino Médio;

O curso que não encontramos ata de criação, mas encontramos uma reestruturação de matriz curricular foi o Curso Técnico de Aquicultura Subsequente ao Ensino Médio, criado em 2001.

Nessa análise, percebemos que os Cursos Técnicos de Agropecuária não aparecem em atas de criação de curso, talvez pela origem da instituição como Colégio Agrícola, apto a ofertar cursos na área agrícola. No entanto não podemos descartar a possibilidade de existirem, pois com a vinculação do Colégio Agrícola à Universidade Federal de Santa Catarina, alguns documentos podem não ter sido arquivados em Araquari.

No entanto, está claro em nosso entendimento de memória institucional, que toda documentação que faz parte da trajetória da instituição deve estar organizada e com fácil acesso para que possa ser utilizada sempre que necessário. Neste sentido, caso essas atas de criação dos cursos de Agropecuária e Aquicultura existam, não estão armazenadas de forma acessível para as pessoas que as procuram, pois não foram encontradas.

Também relatamos que não fomos buscar esses registros em arquivos da UFSC, entendemos que o retorno da memória institucional que por ventura possa estar na UFSC deva ocorrer através de solicitação formal dos gestores

da instituição de Araquari, respeitando desta forma a hierarquia existente. Mas como pesquisadora, sinto-me no dever de orientar os gestores sobre a importância de recuperação de todo arquivo documental da instituição, pois sabemos que os documentos institucionais devem estar arquivados e com facilidade de acesso dentro da instituição da qual pertencem, servindo desta forma como importante ferramenta de gestão.

Foram encontradas somente atas de criação de cursos a partir do ano de 2005, nesta data a instituição era denominada Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira.

Após as análises iniciais, optou-se por realizar a leitura, buscando as expressões-chave selecionadas para composição do protocolo do estudo de caso. As expressões-chave selecionadas foram as seguintes: *memória institucional, patrimônio cultural, reconhecimento da instituição e contribuições para a sociedade*.

A escolha por estas expressões ocorre pela visualização de nosso problema de pesquisa: *Como a memória institucional pode contribuir para o reconhecimento do Instituto Federal Catarinense – Campus Araquari como patrimônio cultural?*

Diante deste problema de pesquisa, precisávamos verificar, nas atas selecionadas, a existência de memórias institucionais registradas nesses documentos.

Para extrair as *memórias institucionais* das atas foi importante rever os conceitos de memória institucional. Elencamos em nosso fio condutor de pesquisa que a memória institucional que extrairíamos das atas estava ligada ao *tempo*, e nessa ideia de tempo estão as representações sociais da trajetória da instituição registradas nas atas e os elementos representativos da instituição, valorizando as questões locais sobre as globais, aproximando desta forma, memória institucional do conceito de patrimônio cultural.

Seguindo esta linha de pensamento, encontramos registros importantes da memória institucional em todas as nove atas analisadas e percebemos que as reuniões tratam, na maioria das vezes, de assuntos variados.

Percebemos que a maioria dos cursos realmente passa por votação dentro do colegiado para que seja criado ou é apresentado ao colegiado. O que é somente apresentado ao colegiado, é porque foi criado por exigência do

Ministério da Educação, como é o caso de cursos PROEJA, o que gera preocupações para os integrantes do colegiado, já que muitas vezes a instituição não está preparada para tal situação, ou para a logística que muitas vezes o curso demanda com o atendimento de alunos fora da sede da instituição. Muitas das reuniões também trazem os relatórios de avaliação de estágio probatório de professores para conhecimento e votação de todos os presentes.

Surgiram também falas sobre a utilização do internato da instituição e preocupação com a evasão nos cursos técnicos noturnos, cursos esses que atualmente não mais são ofertados, o que significa que as preocupações que já vinham sendo manifestadas nas atas foram concretizadas, com a baixa procura de cursos técnicos subsequentes no período noturno. É aí que percebemos que *esses registros documentais são grandes instrumentos de gestão e merecem um arquivamento que facilite o acesso e manipulação dessas informações.*

Visualizamos uma fala de (S.) que diz que *a cultura da instituição estava voltada para os cursos técnicos e a partir da criação dos institutos passou-se a enfrentar novos desafios, tais como, ensino superior, Proeja e Fic.*

Fica evidente que, se existem novos desafios, readequações devem ser realizadas, cursos devem ser reavaliados observando-se os quantitativos de procura. A mudança torna-se necessária dentro de um novo contexto institucional, mas ela muitas vezes pode ser árdua, pois mexe com enraizamentos e poder, entre outros elementos.

Foi possível, também, através das atas, perceber o aumento no número de servidores no decorrer dos anos, pois quando eles chegam na instituição são apresentados aos demais professores nas reuniões, e a própria descrição dos nomes dos servidores presentes, constantes nas atas, mostram esse crescimento quantitativo. Os relatórios de Gestão de 2009 e 2012 confirmam este crescimento do número de servidores, em 2009 eram 41 docentes e 24 técnicos administrativos, e em 2012 o número de servidores cresceu para 76 docentes e 44 técnicos administrativos.

Foram observados também que são aprovados projetos de extensão, de pesquisa e calendário acadêmico da instituição.

A segunda expressão a ser analisada foi *patrimônio cultural*. Nesse item, poucas falas foram identificadas nas atas. Procurou-se por registros que evidenciassem valores que o tempo tivesse deixado para a instituição e encontramos poucas falas mas dois valores essenciais em se tratando de educação: cursos e servidores.

A chegada de servidores, com a abertura de novos cursos, traz a possibilidade de mais indivíduos ingressarem no ensino público federal, em busca de conhecimento e da cidadania, elementos que fazem parte da construção do sujeito.

O fato de termos encontrado poucas falas sobre o patrimônio cultural deve ser considerado normal, pois da forma como o conceituamos, o patrimônio cultural está na valorização das experiências construídas e vividas pela comunidade, ou pelos sujeitos que fazem ou fizeram parte da instituição. As pessoas vivenciam o patrimônio cultural sem necessariamente de dizer, isto é patrimônio cultural.

A terceira expressão-chave escolhida foi *reconhecimento da instituição*. Nesse segmento, encontramos falas que apresentam tendências de potencialização da área da informática na instituição, para ser reconhecida neste segmento e torná-la uma das áreas fortes do Instituto. Outro aspecto comentado foi a responsabilidade da instituição na construção de currículos bons e adequados para os novos cursos.

Percebe-se que não existe reconhecimento da instituição, neste momento. O que existe são conjecturas de ser reconhecida com o passar dos anos, pelo fortalecimento dos cursos, construindo com responsabilidade os currículos ali oferecidos.

No aspecto *contribuições para a sociedade*, percebemos que existe um *pensar sobre a comunidade*. A justificativa de criação do Curso Técnico em Informática, descrita em ata, foi pela demanda reprimida da região. Sobre o Curso PROEJA em Agropecuária, está descrito que foram ouvidos representantes dos municípios de Massaranduba, Guaramirim, Corupá, Jaraguá do Sul e Schroeder onde chegou-se ao consenso de criação deste curso para atender às demandas dos produtores rurais da região. Índices estatísticos da região mostravam que apenas 28,7% dos alunos do ensino básico chegam ou concluem o ensino médio.

A Rede Certific é um programa de governo que chega para certificar saberes da sociedade, mas ainda está em processo na instituição e não se tem muitas ações desenvolvidas.

O Curso de Agrimensura é descrito como importante por sua interdisciplinaridade com a informática, que é uma das áreas fortes da instituição. Sobre o curso de Licenciatura em Química, está descrito que foram realizadas reuniões com a Associação Comercial que indicaram a necessidade desses profissionais nas empresas. No entanto, o curso criado é o de Licenciatura, que forma professores de Química e nada tem a ver com o trabalho do químico em empresas, e o bacharelado ainda não está em discussão.

O curso de formação inicial e continuada de Implantação e Manutenção de Jardins foi realizado em convênio com a Prefeitura de Corupá, naquela cidade, e atendendo a demanda do município.

Uma das funções dos institutos é levar contribuições para a comunidade onde estão inseridos. No caso que estudamos, percebemos que se deu início a esse processo, mas é necessário lapidar esta trajetória, aprender com erros e contribuir cada vez mais com a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É um processo prazeroso conhecer a evolução de conceitos e compreender que as transformações que apresentam estão intimamente ligadas às transformações sociais, culturais, políticas e econômicas ocorridas na sociedade.

O conceito de Patrimônio Cultural é um desses que o tempo e a observação de novas possibilidades por parte de estudiosos se encarregaram de transformar.

O Patrimônio Cultural hoje está nas comunidades, no cotidiano das pessoas e na valorização dos elementos que estão próximos.

Fonseca (2003), explica que foi a partir de uma concepção mais ampla de patrimônio cultural que as instituições, como espaços de memória e identidade, passaram a se enquadrar como exemplos de patrimônio cultural.

Foi essa visão diferenciada e atual de Patrimônio Cultural, que valoriza elementos pertencentes a uma comunidade, que nos mobilizou para realizar este estudo de caso sobre a Memória Institucional do Instituto Federal Catarinense – *Campus Araquari*.

O problema de pesquisa que tínhamos era *como a memória institucional pode contribuir para o reconhecimento do Instituto Federal Catarinense – Campus Araquari como patrimônio cultural?*

Para chegar a uma resposta para este problema de pesquisa, fomos norteadas pelos objetivos que havíamos traçado em nosso projeto. O principal deles era *analisar a memória institucional do Instituto Federal Catarinense – Campus Araquari como possível contribuição para o reconhecimento da instituição como patrimônio cultural*.

Para alcançar esse objetivo, inicialmente realizamos um levantamento bibliográfico sobre pesquisas que abordavam o tema memória institucional. E observamos que para chegar a esse conceito, precisávamos conhecer também sobre memória e sobre instituições.

E assim fizemos. Nesse processo de muitas leituras, nos deparamos com autores que nos apresentaram a importância da memória, memória social e memória institucional.

Candau (2011) nos apresentou a memória como representação social, onde se engloba o conhecimento que se tem sobre determinado assunto com o que se diz deste assunto, é a representação que o indivíduo faz de sua própria memória, e neste caso há um processo de atribuição de valor de quem apresenta a memória ou a registra.

Davallon (2007) nos fez lembrar que por mais que a memória esteja viva entre nós, isso não garante que esta memória existirá para sempre, impulsionando a atitude de valorizar e registrar os passos da Instituição.

Deparamos-nos, também, com autores que nos fizeram ver que a relação entre memória e patrimônio cultural contribui para a valorização da história local (SILVA, 1999), nos mostrando que esses conceitos estão interligados e, dessa forma, contribuem com este estudo.

Após elucidar inúmeros conceitos com a pesquisa bibliográfica, passamos a criar critérios para seleção dos documentos que poderiam conter a memória institucional do Instituto Federal Catarinense - *Campus Araquari*.

Nessa etapa, sabíamos da quantidade de registros documentais que possui uma instituição de ensino. Por isso optamos por realizar um recorte na memória institucional a ser estudada, e priorizamos a análise documental das atas de reuniões de colegiado realizadas para a aprovação de cursos da instituição. O objetivo era verificar as possíveis contribuições desta memória institucional no reconhecimento da instituição como Patrimônio Cultural.

Elencamos quatro expressões-chave de análise para a interpretação das atas de criação de cursos do Instituto Federal Catarinense – *Campus Araquari*, com o intuito de verificar as possíveis contribuições da memória institucional no reconhecimento do Instituto Federal Catarinense – *Campus Araquari* como patrimônio cultural. As expressões-chave escolhidas foram: *memória institucional, patrimônio cultural, reconhecimento da instituição e contribuições para a sociedade*.

Precisávamos verificar nas atas selecionadas, em uma primeira leitura, a existência ou não de registros de memórias institucionais. Em todas as nove atas analisadas, encontramos registros importantes de memória institucional, o que nos permite afirmar, que a instituição que é foco deste estudo de caso apresenta memória institucional.

Devemos ressaltar também, que as próprias atas são em si, memórias institucionais, pois são registros realizados por sujeitos da instituição, ou seja representações sociais que passam por um processo de atribuição de valor de quem registra esta memória.

Observamos que a maioria dos cursos criados pela instituição passa realmente por aprovação do colegiado de servidores da instituição, embora alguns deles sejam apenas apresentados ao colegiado, pois necessariamente precisam ser criados por imposição das políticas públicas do Ministério da Educação.

Entendemos que esses registros em atas relacionados à criação dos cursos são importantes memórias institucionais. As decisões de criação de cursos que são tomadas em colegiado são as que direcionam o rumo da instituição de ensino. Portanto, é no foro dessas reuniões que se decidem que áreas a instituição irá priorizar. Aparece com destaque, nas falas dos servidores, preocupação com a formação de um currículo de qualidade para dar sustentabilidade aos cursos criados.

É aí que percebemos que esses registros documentais, além de memória institucional, são grandes instrumentos de gestão e merecem um arquivamento que facilite o acesso e manipulação das informações.

Foi também possível perceber, através das atas, o crescimento do número de servidores no decorrer dos anos; a descrição dos nomes dos servidores constantes no início das atas mostra esse crescimento quantitativo. Entendemos que esse elemento também se configura importante memória institucional, pois demonstra o crescimento pelo qual passou a instituição com a chegada de novos servidores e criação de novos cursos, possibilitando atender uma demanda maior da comunidade.

As atas analisadas não descrevem falas sobre a existência de um reconhecimento da instituição. O que fica perceptível é que existem possibilidades para ser reconhecida com o passar dos anos, e que poderão ser viáveis pelo fortalecimento dos cursos e pela construção responsável dos currículos ofertados nestes cursos.

Percebemos que existe um pensar sobre a comunidade, mas observamos também alguns equívocos, por exemplo, sobre a criação do curso de Licenciatura em Química. A demanda existente e destacada em reuniões

com a Associação Comercial era de químicos para trabalhar nas empresas da região – e não professores de Química.

Essas constatações nos trouxeram inquietações e questionamentos sobre os requisitos utilizados para a criação de um curso. Observamos que existem acertos, mas também equívocos e nos perguntamos, até que ponto a instituição ouve a comunidade? Será que o curso a ser criado já não está fechado? Consegue-se deixar claro os critérios de criação de um curso?

Estamos certos de que os registros colhidos nas atas demonstram importante recorte da memória institucional do Instituto Federal Catarinense – *Campus Araquari*, e isso quer dizer, que a instituição possui memória institucional. Mas nosso problema de pesquisa era *como a memória institucional pode contribuir para o reconhecimento do Instituto Federal Catarinense – Campus Araquari como patrimônio cultural?*

Para lembrar, Patrimônio Cultural está aqui compreendido como um conceito que valoriza elementos pertencentes a uma comunidade e nesse sentido o *Campus Araquari*, como uma instituição de ensino inserida na sociedade pode ser um elemento a ser reconhecido.

No entanto, percebe-se que o reconhecimento da instituição ainda está em processo de construção, toda a estrutura institucional ainda está se readequando com a transformação que marcou a passagem de Colégio Agrícola para Instituto Federal Catarinense – *Campus Araquari*.

A possibilidade de reconhecimento do Instituto Federal Catarinense – *Campus Araquari* como patrimônio cultural também está relacionado ao processo de atribuição de valor da comunidade interna e externa para com a instituição, processo que está na construção de relações estáveis entre sujeitos e instituição.

Porém, entendemos que a memória institucional, registrada em documentos que contam a trajetória da instituição, se estiver organizada fisicamente e/ou digitalmente e com fácil acesso para que possa ser utilizada sempre que necessário, pode contribuir para o reconhecimento da instituição como patrimônio cultural.

Esse processo de reconhecimento passa por uma política de gestão que mobiliza para o registro consciente dos fatos e ações que acontecem na instituição. Passa também pela organização dessa documentação de forma

que facilite sua busca, divulgação e socialização desse material. A apresentação desses registros à sociedade visa também ajudar a proporcionar às pessoas um acesso fácil aos documentos institucionais, além de sua utilização como instrumento de gestão.

Nesse sentido, diante dos autores estudados e atas de criação de cursos analisadas, a sugestão que trazemos neste estudo de caso é de que o Instituto Federal Catarinense – *Campus* Araquari melhore a forma de arquivamento de suas memórias institucionais para facilitar o acesso e contribuir com a gestão. Acreditamos que a organização da memória institucional pode, além de tudo isso, atuar na valorização da instituição, especialmente pela comunidade. O reconhecimento como patrimônio cultural, então, ocorrerá paralelamente.

Acreditamos que esta dissertação traz contribuições para os gestores do Instituto Federal Catarinense, servidores da instituição, para a comunidade de Araquari e acadêmicos da área de educação, patrimônio cultural e administração.

Trouxemos para esta dissertação um estudo de caso dentro de um contexto específico, mas que pode ser referência para outros estudos que busquem elementos diversos em registros documentais.

Sabemos que ainda existe muito a ser pesquisado sobre memória institucional, mas acreditamos que o recorte que trouxemos com a análise das atas de criação dos cursos do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Araquari mostrou a importância dos registros dentro de uma instituição. Isso nos fez refletir, ainda, sobre a importância da organização dessa memória institucional. Um passo importante para a valorização e consolidação do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Araquari e para o reconhecimento da instituição como patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi. Revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ALVES, Alda Judith. A “Revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. **Cadernos de pesquisa**. São Paulo, nº81, p.53-60. Maio 1992.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama; revisão técnica Luís Carlos Fridman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CHAUÍ, Marilena. Natureza, cultura, patrimônio ambiental. In Ana Lúcia Duarte Lanna (org.) **Meio ambiente: patrimônio cultural da USP**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Comissão de Patrimônio Cultural, p.47-55, 2003.

CONHEÇA ARAQUARI. Disponível em: <http://www.araquari.sc.gov.br/cidade/historia/>. Acesso em 30 jul. 2012.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica**. 1997. 161 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - CNPQ/IBICT, UFRJ/ECO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

CRISTOFOLINI, Nilton José. **Nacionalização do Ensino: Estratégia para a construção da nacionalidade e sua contextualização em Joinville**. 2002. 162 f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

CRISTOFOLINI, Nilton José; POCERA, Joverci Antonio; MONZANI, Rodrigo Martins; OLIVEIRA, Sueli Regina. **Os 50 anos do ensino agrícola em Araquari** - uma história de sucesso! Instituto Federal Catarinense Campus Araquari. Jaraguá do Sul: Gráfica Arte Impressa, 2009.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In Pierre Achard... [et al.] **Papel da memória**. Tradução e introdução: José Horta Nunes. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

DECRETO Nº 5.154, DE 23 DE JULHO DE 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejadecreto5154.pdf>. Acesso em 20 jan. 2013.

DECRETO Nº 5.840, DE 13 DE JULHO DE 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm. Acesso em 01 jul. 2013.

DEDEBEI, Vera; GOUVEIA, Inês. **Memória do futuro no ciberespaço**: entre lembrar e esquecer. DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação – v.9 nº5 out.08 art.02, p. s/n. Disponível em: http://www.dgz.org.br/out08/Art_02.htm#N1.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO Nº 63 DE 18 DE MARÇO DE 1954 – SEÇÃO 1, p.38. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2467153/dou-secao-1-18-03-1954-pg-38> Acesso em 29 jan. 2013.

DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da *pedra e cal*: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In Regina Abreu, Mário Chagas (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, p. 56-76, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

GARCIA, Francisco Airton. **Escola de iniciação agrícola “Senador Gomes de Oliveira” 1959 a 1970**. 1989. 34 f. Monografia apresentada para obter o grau de especialista em História da América. UNIVILLE, Joinville, 1989.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE - REITORIA. Disponível em <http://www.ifc.edu.br/site/>. Acesso em 01 jul. 2013.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL – PDE. Disponível em: http://www.educacional.com.br/legislacao/leg_i.asp. Acesso em 21 jul. 2012.

LEI 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 01 jul. 2013.

LEI 11.892 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/92587/lei-11892-08>. Acesso em 15 jul. 2012.

MAPA DO BRASIL - LOCALIZAÇÃO DA CIDADE DE ARAQUARI/SC. Disponível em <http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=ll>. Acesso em 20 jan. 2013.

MAPA DE SANTA CATARINA – LOCALIZAÇÃO DE ARAQUARI/SC. Disponível em <http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=ll>. Acesso em 20 jan. 2013.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2006.

MAY, Tim. **Pesquisa social**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In Zélia Lopes da Silva (Org.) **Arquivos, patrimônio e memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

MENEZES, Maria Cristina; MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. **Preservação do patrimônio histórico institucional**: a importância dos acervos escolares no estudo da instituição. Universidade Estadual de Campinas, p.445-455, s/d. Disponível em: http://www.faced.ufu.br/columhe06/anais/arquivos/38MariaCristinaMenezes_CarmenMoraes.pdf. Acesso em 20 jan. 2013.

MINAYO, Maria Cecília de S. & SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de saúde pública**. Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Concepção e diretrizes** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=55&Itemid=50. Acesso em 18 jul 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano de desenvolvimento da educação**: razões, princípios e programas. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/>. Acesso em 21 jul 2012.

NESSLER, Duval. **A prática do futebol**: o veículo de socialização dos educandos do colégio agrícola de Araquari. 1994. 53 f. Trabalho de conclusão do Curso de Pós-graduação em educação física escolar. UNIVILLE, Joinville, 1994.

PELEGRINI, Sandra C. A., FUNARI, Pedro Paulo. **O que é patrimônio cultural imaterial?** Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio cultural**: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PEREIRA, Moacir Soares. **O Estágio Supervisionado na Formação dos Alunos do Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira/SC**: a relação entre o discurso e a prática. 2008. 54f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/RJ, 2008.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI. Disponível em <http://www.ifc.edu.br/site/>. Acesso em 30 jul. de 2012.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2009. Disponível em: http://www.ifc-araquari.edu.br/1/index.php?option=com_content&view=article&id=189&Itemid=147. Acesso em 04 fev. 2013.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2010. Disponível em: http://www.ifc-araquari.edu.br/1/index.php?option=com_content&view=article&id=189&Itemid=147. Acesso em 31 jan. 2013.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2011. Disponível em: http://www.ifc-araquari.edu.br/1/index.php?option=com_content&view=article&id=189&Itemid=147. Acesso em 31 jan. 2013.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012. Disponível em: http://www.ifc-araquari.edu.br/1/index.php?option=com_content&view=article&id=189&Itemid=147. Acesso em 14 jul. 2013.

RUEDA, Valéria Martins da Silva; FREITAS, Aline de; VALLS, Valéria Martins. **Memória institucional**: uma revisão da literatura. São Paulo: CRB-8 Digital, v.4, n.1, abr. 2011, p.78-89.

SALVADORI, Maria Ângela Borges. **História, ensino e patrimônio**. Coleção Escola. Araraquara/SP: Junqueira & Marin, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In José Claudinei Lombardi, Maria Isabel Moura Nascimento (Orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Palmas, PR: Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), p. 3-12, 2004.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In Maria Isabel Moura Nascimento [et al], (orgs.) **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados: Histedbr; Sorocaba, SP: Uniso; Ponta Grossa, PR: UEPG, p. 3-27, 2007.

SILVA, Zélia Lopes da. O centro de documentação e apoio à pesquisa, um centro de “memória local”? In Zélia Lopes da Silva (Org.) **Arquivos, patrimônio e memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

TEVES, Nilda. Imaginário social, identidade e memória. In Lucia M. A. Ferreira; Evelyn G.D. Orrico. (Orgs.) **Linguagem, identidade e memória social**: novas fronteiras, novas articulações. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das instituições escolares: responsabilidade do gestor escolar. **Cadernos de história da educação** – n. 3 – jan./dez., p.109-119, 2004.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das instituições escolares: de que se fala? In José Claudinei Lombardi, Maria Isabel Moura Nascimento (Orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Palmas, PR: Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), p. 13-36, 2004.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução Daniel Grassi – 2.ed. – Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXOS

ATA N° 41 DA REUNIÃO DE COLEGIADO DO COLÉGIO AGRÍCOLA SENADOR CARLOS GOMES DE OLIVEIRA REALIZADA EM PRIMEIRO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E CINCO.

Ao primeiro dia do mês de setembro de dois mil e cinco, às treze horas e quarenta e cinco minutos, na sala do Laboratório de Informática, do Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira, reuniram-se os professores Antônio Alir Dias Raitani Júnior, Emerson Rivelino Cidral, Jonas Cunha Espíndola, Robert Lenocho, Rodrigo Otávio de Macedo Gomes, Alberto Elvino Franke, Vera Maria Carvalho Silva Santos, Stelamaris Dezen, Marlos José de França, Sérgio Gomes Delitsch, Tânia Regina Schneider, Sueli Regina de Oliveira, Duval Nessler e Nilton Cristofolini. 1º) A abertura foi dada pelo diretor, professor Antônio Alir Dias Raitani Júnior, que ressaltou o cumprimento da agenda do dia. 2º) Seguindo passou-se as atividades da reunião, com a apresentação dos professores Sueli, Emerson e Rodrigo, que apresentaram a matriz curricular dos cursos: Técnico em Pesca e Técnico em Manutenção de Equipamentos de Informática, na categoria PROEJA. 3º) Após a apresentação das matrizes, o professor Jonas anunciou o resultado do concurso público de Meio Ambiente e Aquicultura, com a seguinte classificação: A) Concurso de Meio Ambiente – 1º Colocada: Anelise Destefani (8,82), 2º Colocado: Pablo Heleno Sezerino (8,22). B) Aquicultura: 1º Colocada: Fernanda Guimarães de Carvalho (8,445), 2º Colocado: Marcos Weingartner (8,415), 3º Colocado: Walter Luís Muedas Youri (8,347), 4º Colocada: Jaqueline de Araújo (8,102). 4º) Em seguida o professor Robert leu o relatório de avaliação do processo de Estágio Probatório dos seguintes professores: Rodrigo Otávio Macedo Gomes, Jonas Cunha Espíndola, Stelamaris Dezen e Emerson Rivelino Cidral, após a leitura de cada relatório, ocorreu a votação. Todos os relatórios lidos foram aprovados por unanimidade. 5º) Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata.

Araquari, SC, 01 de setembro de 2005.



Handwritten signatures of the meeting participants, including Duval Nessler, Vera Maria Carvalho Silva Santos, Stelamaris Dezen, and others.

ATA N° 67

Andrea Kuehne
 David Nessler for
 Parvalho
 Mark...



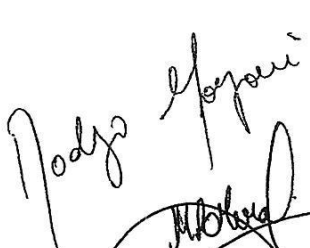
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
COLÉGIO AGRÍCOLA SEN. CARLOS GOMES DE OLIVEIRA
CONSELHO DE REPRESENTANTES

BR 280 Km 27 - Cx. P.I 21 - Araquari/SC - CEP 89245-000 - Fone/Fax (47)3447-7200/7201
www.caag.ufsc.br-cascgo@yahoo.com.br

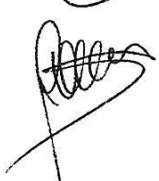


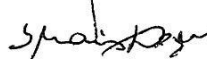
Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Representantes

Aos sete dias do mês de agosto de dois mil e oito realizou-se no Auditório do Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira (CASC GO) reunião extraordinária para aprovação do Curso Técnico de Informática para Internet Subseqüente ao Ensino Médio, tendo início às 14h10min. A reunião foi presidida pelo Vice-Diretor do CASC GO, Robert Lenocho. Estavam presentes os professores Maurício Lehmann, Antônio Alir Dias Raitani Júnior, Anelise Destefani, Stelamaris Dezen, Rodrigo Martins Monzani e Emerson Rivelino Cidral. Os técnicos administrativos estavam representados por Maria de Lourdes de Mira e os alunos por Vitor Edenir Rogalski e Anderson Caetano. Após leitura e aprovação da ata, passou-se a palavra para o professor Emerson Rivelino Cidral que externou a finalidade, público-alvo e organização do Curso Técnico de Informática para Internet. Colocado em votação, o Curso foi aprovado por unanimidade. Foram dadas algumas sugestões por parte dos representantes e como a questão da Informática poderia ser potencializada no CASC GO. Questões como evasão de alunos dos cursos técnicos noturno, utilização do internato pelos alunos formados no Curso Técnico em Agropecuária, mas concluintes do Curso Técnico em Sistemas de Informação foram levantadas. Não havendo mais nada a mencionar, eu, Rodrigo Martins Monzani, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e demais participantes da reunião.









ATA Nº131 DE REUNIÃO DE PROFESSORES DO COLÉGIO AGRÍCOLA SENADOR CARLOS GOMES DE OLIVEIRA REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E OITO RELATIVA ÀS ATIVIDADES DO PROEJA.

Aos 15 dias do mês de dezembro de dois mil e oito, às catorze horas na sala 03, reuniram-se os professores Alceu Kunze, Anelise Destefani, Andréa Knabem, Francisco José Montório Sobral, Joice Celeme Mota, José Cidral Junior, Leonel Pavanello, Mara Cristina Fischer Rese, Marlos José de França, Rodrigo Martins Monzani, Rodrigo Otávio Gomes Macedo, Sérgio Wallace Bousfield, o vice diretor Robert Lenoch, a coordenadora de ensino Sueli Regina de Oliveira e a chefe de apoio pedagógico Angela Christina Patitucci para discutir e esclarecer algumas questões do PROEJA Agropecuária/2009. A coordenadora de ensino Sueli abriu a reunião falando sobre o provável espaço para abrir o edital para o curso em fevereiro. Expôs ao grupo uma síntese da proposta do programa de educação para jovens e adultos integrado a curso técnico em agropecuária através de pedagogia de alternância, com matriz diferenciada, e tema gerador. A matriz do PROEJA Agropecuária a ser oferecido pelo CASC GO foi delimitada pelo professor Rodrigo Monzani e pela coordenadora de ensino Sueli. Antes de criar o projeto foram ouvidos representantes dos municípios de Massaranduba, Guaramirim, Corupá, Jaraguá de Sul e Schroeder, onde o consenso foi de um curso técnico na área de agropecuária que atendesse às necessidades dos produtores rurais e as demandas da comunidade. O professor Rodrigo Otávio e a coordenadora Sueli reuniram-se com a comunidade de Luiz Alves onde foi solicitada formação dirigida a bananicultura ou área afim. O professor Leonel fez um resumo histórico da pedagogia de alternância, que é uma modalidade de educação que teve origem na França em 1935 no povoado de Lot et Garonne. A iniciativa partiu de um grupo de pais agricultores que buscavam solucionar dois grandes problemas. De um lado, as questões relacionadas ao ensino regular que, por ser direcionado para as atividades urbanas, levava os adolescentes rurais a abandonar a terra. E de outro lado, a necessidade de fazer chegar ao campo a evolução tecnológica de que precisavam. O professor continua explicando que alternância significa o processo de ensino-aprendizagem que acontece em espaços e territórios diferenciados e alternados. O primeiro é o espaço familiar e a comunidade de origem onde o educando vive e desenvolve seus trabalhos, em segundo, a escola onde o educando recebe o conteúdo teórico e interage com outros colegas e ao mesmo tempo é orientado para gerenciar seus tempos de formação e, por fim, retorna-se a família e a comunidade a fim de que ocorra união entre prática e teoria na comunidade, na propriedade, nas atividades de técnicas agrícolas ou nos movimentos sociais próprios de seu entorno. Esta modalidade de aprendizagem é idealizada para minimizar o êxodo rural, propiciando ao produtor de pequenas propriedades rurais uma melhor qualidade de vida com formação técnica que agregue valor a sua produção. É a modalidade de educação destinada a quem já está na atividade rural. No caso da nossa proposta desenvolveremos no primeiro momento os conteúdos a partir de temas geradores básicos definidos pela instituição como cidadania, saúde segurança do trabalho entre outros, no segundo momento, os temas geradores serão fruto da demanda e interesses locais que serão a base para o Plano de Formação de todo o curso. A coordenadora de ensino Sueli expôs ao grupo que o curso acontecerá fora das instalações do CASC GO, em princípio em Jaraguá do Sul, ainda que não está nada definido. O professor Rodrigo Monzani falou da importância do curso, pois dados estatísticos da região a ser atendida mostram o índice de apenas 28,7% dos alunos do ensino básico chegam ou concluem o ensino médio, e corroborou a fala do professor Leonel ao afirmar que o currículo será adaptado à realidade do aluno e que o entrave para o início dos trabalhos ainda é de

logística: locomoção, transporte e local de aulas. A orientadora educacional Andréa falou que o trabalho com pedagogia de alternância exige compromisso e dedicação totais e preocupa-se com o nível operacional que exige esta modalidade de ensino por ser a demanda de atividades muito maior que na pedagogia tradicional, de sala de aula. O professor Leonel falou em tempos de visitação às propriedades, sempre em dupla de profissionais para dar orientação ao educando e familiares e apoio à prática do sujeito. O vice-diretor Robert perguntou o que exatamente se fará nas visitas que os profissionais farão aos alunos em suas propriedades, e se esta prática não estaria invadindo o trabalho da CIDASC e extrapolando o papel da escola que não é o de extensionista rural. O professor Leonel respondeu que os profissionais estariam fazendo o trabalho de formação ajudando a gerenciar problemas na propriedade. A professora Joice perguntou se o curso é regulamentado. O professor Leonel disse que sim, desde 2006. O vice-diretor Robert retomou a fala e pediu que o trabalho tenha exequibilidade e seriedade, pois uma vez que colocarmos os pés nas comunidades não poderemos retirá-los sob pena de perder a credibilidade. A Professora Mara perguntou da matriz integrada, como ela se compõe e se contempla os componentes curriculares do ensino médio, se o professor será polivalente e qual será a responsabilidade da instituição. A coordenadora de ensino respondeu que a responsabilidade de ministrar as aulas é o professor através de apostilas apropriadas. O professor Leonel falou ainda do Projeto de Vida (TCC) que é o fundamento do curso e da importância do professor que o orienta, o que a pedagogia de alternância busca autonomia e dar ferramentas de cultura aos educandos. A orientadora educacional Andréa perguntou se o curso não irá esvaziar o subsequente por ser de formação reduzida, e que temos que pensar em preservar o nome da escola daí a responsabilidade de amarrar bem todos os pontos para não sofrer decepções antes de terminar o curso. O vice-diretor Robert expôs ainda que são três os níveis das modalidades de ensino técnico: PROEJA, Técnico tradicional e agora o Técnico bilingüe. Quanto a preocupação em relação ao registro do CREA, este não deve ser o foco de marketing do curso, mas a idéia de educar, falou ainda que esta sendo adquirido um *notebook* para o PROEJA e que recebemos um veículo usado FIAT UNO da UFSC, e que o deslocamento de profissionais gera gastos adicionais e seria interessante buscar parcerias na comunidade, bem como utilizar a ferramenta da internet na modalidade PROEJA para propiciar inclusão digital aos educandos e criar a comunicação para fins acadêmicos entre esses e os professores. O professor Leonel reiterou que a modalidade de pedagogia de alternância é para atender o agricultor que já este inserido no trabalho da terra e para agregar valor a esta prática e não para preparar para o mercado trabalho e sugere que os alunos de 3ª série participem das visitas. A orientadora Andréa respondeu que nos não temos estrutura para retirar alunos da 3ª série para visitar propriedades rurais. Professor Rodrigo Monzani disse que a preocupação com registro ou não junto ao CREA não procede porque Rio do Sul já está viabilizando para seus formandos. O professor Rodrigo Monzani descreveu como poderá ser o processo de classificação: prova escrita, e entrevista onde se pontuará que o curso se destina ao produtor rural. A coordenadora de ensino falou da provável data do lançamento do edital para fevereiro ou março. A orientadora educacional Andréa disse para se tomar cuidado ao chamar esta modalidade de educação de ensino técnico. O vice-diretor Robert respondeu que acompanhou a história do sistema S, que em princípio alfabetizava e trabalhava o ensino regular para as os funcionários das empresas para estas obterem certificação de qualidade e hoje trabalham o ensino técnico porque as necessidades são outras. O professor Sobral falou que o PROEJA é um decreto federal e como tal o destino é – cumpra-se, no CASCDO já temos o PROEJA PESCA, a finalidade é criar educação técnica com currículo mínimo com

ensino integrado, o professor fala ainda que um curso de alternância de três anos pode asustar na realidade do educando e esvaziar as salas e que o tempo que o indivíduo fica no espaço propriedade rural é computado como tempo/aula. O vice-diretor Robert disse ainda sobre o CREA que não legisla sobre a atuação pedagógica e sim sobre a atuação posterior do profissional. A coordenadora de ensino Sueli pediu seriedade e compromisso no trabalho do PROEJA, pois, reforçando a fala do vice-diretor Robert, uma vez iniciado o curso em uma localidade, ele deverá ser concluído. O professor Rodrigo Otávio informou que o curso deve ter 2.400 horas. A professora Mara achou a fala do professor Sobral pertinente e esclarecedora, porém a preocupação é que se faça um trabalho bem feito e reforçou a fala da orientadora Andréa sobre o professor da localidade ser um mega profissional com muita responsabilidade, e esta responsabilidade deve estar na elaboração do currículo, pois uma vez com o diploma na mão o formando irá atrás de seus direitos, e que cada vez que se fala em propostas alternativas criam-se expectativas e dúvidas e não esquecer que este aluno vai ser técnico e o processo de ensinar e avaliar deve ser específico. O vice-diretor Robert falou ainda que os alunos da pedagogia de alternância deverão estar inseridos em pelo menos quatro eventos no CASCOS e que para isso precisaremos providenciar ônibus para transportá-los. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi leída e assinada por mim Angela Christina Patitucci secretariando este ato e pelos demais presentes.

Ata, 09 de dezembro de 2008.

Alceu Kunze

Andréa Knabem

Arlete Destefani

Angela Christina Patitucci

Francisco José Montório Sobral

Joice Celene Mota

José Cidral Junior

Leonel Pavanello

Mara Cristina Fischer Rese

Mário José de França

Robert Lenocho

Rodrigo Martins Monzani

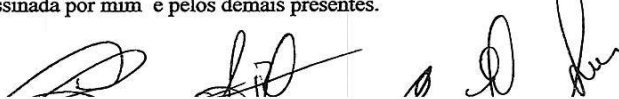
Rodrigo Otávio Gomes Macedo

Sérgio Wallace Bousfield

Sueli Regina de Oliveira

ATA Nº. 07 DE REUNIÃO DE COLEGIADO DO INSTITUTO FEDERAL-CAMPUS ARAQUARI REALIZADA EM VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E NOVE PARA APRESENTAÇÃO AVALIAÇÃO DE PROJETOS DE CURSOS DE LICENCIATURA E BACHARELATO COM POSSIBILIDADE DE SEREM IMPLANTADOS NA INSTITUIÇÃO.

Aos vinte e nove de abril dois mil e nove, às treze horas no laboratório de Biologia, reuniu-se o colegiado do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Araquari para apresentação, avaliação e posterior votação das propostas dos cursos com possibilidades de implantação no IF – Campus de Araquari. O diretor, professor Robert Lenocho abriu a reunião do colegiado colocando ao grupo os fatos relativos à criação dos cursos de graduação do Campus. Expôs que dentro da proposta organizacional, as vagas para professores serão distribuídas de forma que para cursos experimentais serão contratados professores substitutos e em cursos com necessidade permanente de vagas, serão contratados efetivos. Adiantou que já foi assegurada a contratação de vinte novos professores e de quinze técnicos administrativos para a nossa instituição. Pediu atenção na elaboração das propostas e metas dos cursos porque atualmente estas passam por duas avaliações, uma pelo SISTEC e outra pelo SIMEC. O diretor apresentou ao grupo os projetos de construção a serem implantados, os que estão em andamento e/ou em fase final de conclusão, com investimento de R\$ 800.000,00, informando ainda que foram liberados R\$ 50.000,00 para aquisição de acervo bibliográfico e falou sobre a previsão de construção de três novas salas de aula, biblioteca, banheiros, passarelas e espaço de convivência, o espaço previsto para novas obras é de continuidade dos fundos do novo refeitório. Em seguida a diretora de ensino, professora Sueli discorreu sobre os novos cursos em fase de implantação e sobre a colaboração do Prof. Sobral na elaboração do Curso de Ciências Agrárias. Pediu que os questionamentos fossem feitos após a exposição dos temas relativos aos cursos para organizar a pauta do dia. A seguir, foram apresentadas as propostas de cursos a serem implantados. O primeiro foi a proposta de Licenciatura em Ciências Agrárias, com justificativa legal, proposta de ementa e duração da graduação, a quem se destina e área de atuação do profissional. O professor Franke questiona a possibilidade de atuação do profissional e se a demanda foi claramente identificada. Professor Sobral responde que todo e qualquer curso pode ter dúvida de demanda e que se deve afinar demanda e identidade de curso. O professor Emerson fala que a licenciatura é o filtro entre o profissional e o professor. Posto em votação, o curso teve dezessete (17) votos favoráveis, um (01) contrário e uma (01) abstenção. A segunda proposta de curso foi o bacharelado em Sistema de Informação com Ênfase em redes de Computadores, apresentada pelo professor Amir Tauille, que igual ao anterior apresentou os objetivos, as justificativas de oferta para o curso, questões legais, propostas de ementa, tempo de graduação, vagas e viabilidade. Posto em votação teve dezessete (17) votos a favor e duas (02) abstenções. A última proposta do dia foi a do curso de bacharelado em Medicina Veterinária. Pelo professor Jonas Cunha Espíndola. Foram apresentados objetivos do curso, justificativas, amparo legal, proposta de ementa, possibilidades de realização, alocação de recursos, idéias de cursos a serem elencados e demanda. Posto em votação o curso foi aprovado por dezessete (17) votos favoráveis e duas (02) abstenções. Nada mais havendo a tratar, o colegiado deu por encerrada a atividade e eu, Angela Christina Patitucci secretariando este ato lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos demais presentes.



Araquari, 29 de abril de 2009.

Alceu Kunze

Alberto Elvino Frade

Amir Tauille

Anelise Destefani

Angela Christina Patitucci

Cristiane Vanessa Tagliari Correa

Emerson Rivelino Cidral

Fernanda Guimarães Carvalho

Francisco Jose Montório Sobral

Joice Seleme Mota

Jonas Cunha Espindola

Marlos José de França

Mauricio Lehmann

Rafael de Moura Speroni

Robert Lenocho

Rodrigo Martins Monzani

Sérgio Gomes Delitsch

Sueli Regina de Oliveira

Tânia Regina Schneider

Vera Maria Carvalho Silva Santos

vera maria carvalho silva santos

**ATA Nº 45 REFERENTE AO DO CONSELHO DE CLASSE DAS TURMAS TECNICO EM
AQUICULTURA DO QUARTO BIMESTRE DO ANO DE 2009.**

Reuniram-se no dia dez de dezembro de dois mil e nove às quatorze horas e trinta minutos, na sala um do Instituto Federal Catarinense, Campus Araquari, os professores Anelise Destefani, Joice Seleme Mota, Rodrigo Gomes de Macedo, Mauricio Lemann, Jonas Espindulo, Benjamim Teixeira, Fernanda Guimarães de Carvalho, José Cidral, Sérgio Delisch. A professora Joice iniciou a reunião explicando aos presentes que a planilha projetada estava os alunos reprovados (aqueles que não alcançaram as médias em mais de duas disciplinas) e os em dependência. Iniciou-se então a nomeação dos alunos da turma: **Fábio Roberto dos Santos**: ainda não competente em Informática (3,3). Qualidade da água (1,5), Carcinicultura (0,9), Processamento de Pescados (1,3), Planejamento e Projetos (2,3). **Giovani da Conceição Inácio**: ainda não competente em Carcinicultura (3,4), Operações de Embarcação (3,4). **Henrique Gontarczyk**: ainda não competente em Informática (3,3), Construção de Tanques (3,3), Carcinicultura (3,2). Ao término da nomeação dos alunos a professora Anelise colocou a aprovação da reestruturação do curso de Aquicultura e a nova matriz curricular. A professora Joice colocou em votação sendo o projeto aprovado por unanimidade pelo colegiado. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a professora Joice encerrou as atividades, tendo sido lavrada esta ata por mim, Anelise Destefani.

Anelise Destefani,

Benjamim Teixeira,

Fernanda Guimarães de Carvalho,

Joice Seleme Mota,

Jonas Espindulo,

José Cidral,

Mauricio Lemann,

Rodrigo Gomes de Macedo,

Sérgio Delisch.

AQUI

**ATA 02/2010 REFERENTE A REUNIÃO DE COLEGIADO DO INSTITUTO FEDERAL
CATARINENSE PARA APROVAÇÃO DO FIC – BARRA DO SUL**

Aos treze dias do mês de abril de dois mil e dez na sala vinte e oito do Instituto Federal Catarinense reuniu-se o colegiado de professores para a reunião pedagógica referente a aprovação do curso de Formação Inicial Continuada – Processamento de Pescados em Barra do Sul, relacionado ao projeto Cambira e aprovação dos estágios probatórios dos professores Alceu Kunze e Rodrigo Monzani. Estiveram presentes os seguintes professores (lista em anexo): Alceu Kunze, Amir Tauille, Anelise Destefani, Cristiane Tagliari Correa, Emerson Rivelino Cidral, Fernanda G. de Carvalho, Joice Seleme Mota, Mara Cristina Fischer Rese, Marlos José de França, Maurício Lehmann, Rafael de Moura Speroni, Rodrigo Martins Monzani, Rodrigo Otávio de Macedo Gomes, Sérgio Delitsch, Stelamaris Dezen, Sueli Regina de Oliveira. Também esteve presente o Sr. Paulo X. De Almeida responsável pelo Projeto Cambira. Verificada a existência de quórum, a professora Sueli Regina de Oliveira, Diretora de Ensino, iniciou a reunião esclarecendo que não será mais necessário encaminhar o relatório de estágio probatório da professora Vera Bahiense, que foi redistribuída para São Luiz do Maranhão e lá iniciará um novo período de estágio probatório. Em seguida passou a palavra para a professora Fernanda G. de Carvalho presidente da banca composta também pelos professores Marlos José de França e Edson Mariot que avaliou o estágio probatório dos professores Alceu Kunze e Rodrigo Martins Monzani. A professora Fernanda iniciou a leitura do relatório de estágio probatório do professor Alceu Kunze referente ao período de 22/10/2008 a 21/10/2009 do décimo terceiro ao vigésimo quarto mês. O relatório de estágio probatório do professor Alceu Kunze foi aprovado por unanimidade pelo colegiado. Em seguida leu o relatório de estágio probatório do professor Rodrigo Martins Monzani referente ao período de 14/02/2009 a 13/02/2010 do décimo terceiro ao vigésimo quarto mês, que também foi aprovado por unanimidade pelo colegiado. A professora Anelise questionou em relação a progressão funcional dos demais funcionários. A professora Fernanda esclareceu que foi na reitoria verificar como estavam sendo os processos de progressão funcional. O desempenho por titulação está sendo realizada normalmente. É preenchido uma ficha e encaminhada para o Rogério Cogo. Em relação a progressão funcional com 18 meses a reitoria recebeu uma solicitação do MEC pedindo que fosse 24 meses, e a reitoria não está efetuando progressões até que uma decisão seja tomada. A prof. Anelise comentou que a progressão funcional é um direito do funcionário e que a reitoria não tem o direito de não realizar progressão com 24 meses, porque é possível que a reitoria não pague a progressão retroativamente. O prof. Rodrigo Monzani comentou que deveria ser aprovada nessa reunião também progressão funcional, uma vez que completa 24 meses e foi esclarecido que a progressão funcional faz parte de outro processo. O professor Sergio comentou que foi orientado pela CPPD da UFSC para encaminhar os processos para o Instituto. O prof. Emerson sugeriu marcar outra reunião para discutir a respeito das progressões funcionais. A prof. Fernanda comentou que a Joseane do RH da Reitoria do Instituto é a responsável pelas progressões, e que como está viajando, temos que esperar o seu retorno para conversar a respeito do assunto. Após essa discussão o sr. Paulo e o professor Marlos apresentaram o projeto de Formação Inicial Continuada de Processamento de Pescados para aprovação do colegiado. Em relação ainda a cursos FIC o prof. Rodrigo Gomes falou sobre a Rede CERTIFIC e o professor Rodrigo Monzani comentou a respeito da oferta de curso FIC de Georreferenciamento para Imóveis Rurais e sugeriu um curso na área de Contabilidade. Após a apresentação e os esclarecimentos referentes ao curso a professora Sueli colocou em votação a aprovação do Curso de Formação Inicial Continuada de Processamento de Pescados, que foi aprovado por unanimidade pelo colegiado. Nada mais havendo a tratar a professora Sueli encerrou as atividades, tendo sido lavrada esta ata por mim, Joice Seleme Mota, e assinada pelos demais presentes.



Alceu Kunze

Amir Tauille

Anelise Destefani

Cristiane Tagliari Correa

Emerson Rivelino Cidral

Fernanda G. de Carvalho

Joice Seleme Mota

Mara Cristina Fischer Rese

Marlos José de França

Maurício Lehmann

Rafael de Moura Speroni

Rodrigo Martins Monzani

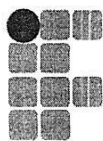
Rodrigo Otávio de Macedo Gomes

Sergio Delitsch

Stelamaris Dezen

Sueli Regina de Oliveira

8/



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CATARINENSE
CAMPUS ARAQUARI
BR 280 KM 27, CAIXA POSTAL 21, 89245-000 ARAQUARI - SC
Fone (47) 3803 7200 www.ifc-araquari.edu.br email ifc@ifc-araquari.edu.br

Reunião 13.04.10.

Pedagógico

1. Oculi Regina de Oliveira.

2. Edil Spina

3. Amil Tancille

4. Maria Elizabeth Ruc

5. Antonio Matifoni

6. Miriam Leirany

7. Helio José do Alencar Jero

8. EMERSON R. LIPRAL

9. João Carlos Mota

10. Cristiane Viana Sampaio Bonê

11. Paulo X. de ALMEIDA - Proj Camba

12. STELLMARIS DEZEN

13. Edson MARCOS MARZENI

14. Sérgio Augusto Sant'Ana

15. Alex Bionce

16. Fernanda G. de F. Carvalho

17. José Carlos Gomes

ATA 13/2010 REFERENTE A APROVAÇÃO DE NOVOS CURSOS PARA 2010/2 E 2011

Aos doze dias do mês de agosto de dois mil e dez na sala vinte e oito do Instituto Federal Catarinense reuniu-se o colegiado de professores para a reunião referente a aprovação dos novos cursos a serem ofertados em Araquari e São Francisco do Sul em 2010-2 e 2011 do Instituto Federal Catarinense. Estiveram presentes os seguintes professores: Adamo Dal Berto, Alceu Kunze, Aldelir Fernando Luke, Alessandro Ezequiel da Paixão, Amir Tauille, Anelise Destefani, Emerson Teixeira, Clodoaldo José Figueredo, Daniele Cristina da Silva Kazama, Duval Nessler, Emerson Rivelino Cidral, Erica Perez Marson Bako, Fábio Longo de Moura, Francisco José Montório Sobral, Iza Luzia Goelten de Oliveira, Joice Seleme Mota, Josefa Surek de Souza de Oliveira, Marco André Lopes Mendes, Marcio Pereira Soares, Maria Lenir Stupp, Marli Fátima Vick Vieira, Marlos José de França, Maurício Lehmann, Mauro Bittencourt, Nilton José Cristofolini, Rafael de Moura Speroni, Robilson A. Weber, Rodrigo Monzani, Rodrigo Otávio Gomes, Sergio Gomes Delitsch, Sueli Regina de Oliveira. A professora Sueli Regina de Oliveira, Diretora de Ensino, iniciou a reunião dando as boas vindas aos professores, esclarecendo o objetivo da reunião que é a apresentação dos seguintes cursos: Técnico em Agrimensura – Araquari (2011), Licenciatura em Química – Araquari (2011), FIC Secretariado – São Francisco do Sul (2010/2) e Técnico em Secretariado – São Francisco do Sul (2011). A professora Sueli solicitou que os presentes fizessem a sua apresentação devido a chegada dos novos professores efetivos. Após a apresentação o prof. Rodrigo Monzani iniciou a apresentação do curso Técnico em Agrimensura. Durante a apresentação, o professor Mauricio comentou que além das vantagens que o curso de Agrimensura traz, ele também é importante por sua interdisciplinaridade com a Informática que é uma das áreas fortes do Instituto. Após o término da apresentação a professora Anelise iniciou a apresentação do curso Licenciatura em Química. Durante a apresentação o professor Mauricio comentou que durante o desenvolvimento do projeto do curso de Química foram realizadas reuniões com Associações Comerciais que indicam a necessidade desses profissionais também nas empresas, além do curso se relacionar com vários outros cursos que serão desenvolvidos de acordo com o plano de metas. Em seguida a Supervisora Escolar do curso de São Francisco do Sul, Maria Lenir, iniciou a apresentação dos cursos FIC – Secretariado e curso Técnico em Secretariado. O professor Rafael comentou durante a apresentação que um pré-diagnóstico da oferta desse curso foi feita na Prefeitura Municipal de São Francisco. A professora Sueli comentou que deverá ser feita uma audiência pública em São Francisco do Sul para apresentação dos cursos a serem ofertados. O professor Sobral comentou que a nossa cultura está voltada para o curso técnico e que a partir do Instituto estamos enfrentando novos desafios, tais como Superior, PROEJA e FIC. Após a apresentação dos projetos a professora Sueli abriu para perguntas. Como não houve questionamentos a professora Sueli esclareceu que os projetos podem ir sofrendo alterações durante o processo e colocou os projetos dos cursos em aprovação. Todos os cursos foram aprovados por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar a professora Sueli encerrou as atividades, tendo sido lavrada esta ata por mim, Joice Seleme Mota, e assinada pelos demais presentes.

Adamo Dal Berto

Alceu Kunze

Aldelir Fernando Luke

Alessandro Ezequiel da Paixão

Amir Tauille




Anelise Destefani
Benjamim Teixeira
Clodoaldo José Figueredo
Daniele Cristina da Silva Kazama
Duval Nessler
Emerson Rivelino Cidral
Erica Perez Marson Bako
Fábio Longo de Moura
Francisco José Montório Sobral
Iza Luzia Goelten de Oliveira
Joice Seleme Mota
Josefa Surek de Souza de Oliveira
Marco André Lopes Mendes
Marcio Pereira Soares
Maria Lenir Stupp
Marli Fátima Vick Vieira
Marlos José de França
Maurício Lehmann
Mauro Bittencourt
Nilton José Cristofolini
Rafael de Moura Speroni
Robilson A. Weber, Rodrigo Monzani
Rodrigo Otávio Gomes
Sergio Gomes Delitsch
Sueli Regina de Oliveira.

Abril | Abril
Sexta | Viernes

10

LISTA PRESENÇA REUNIÃO COLEGIADO 12/08

1. Jose Silveira Mota
2. Adriano Jac BERTO
3. ADELER FERNANDES LUIZ
4. MAURO BITTENCOURT
5. Clodoaldo José Figueiredo
6. RAFAEL DE MORAES SERRANI
7. Carlos P. M. M. F. F. F.
8. Domingos T. T. T.
9. Marcelo Roberto Soares
10. Sérgio F. F. F.
11. Sérgio F. F. F.
12. Sérgio F. F. F.
13. Sérgio F. F. F.
14. Sérgio F. F. F.
15. Alex Kunze
16. José S. S. S. S. S.
17. Sérgio F. F. F.
18. Sérgio F. F. F.
19. Sérgio F. F. F.
20. Sérgio F. F. F.
21. Sérgio F. F. F.
22. Sérgio F. F. F.
23. Sérgio F. F. F.
24. Sérgio F. F. F.
25. Sérgio F. F. F.
26. Sérgio F. F. F.
27. Sérgio F. F. F.
28. Sérgio F. F. F.
29. Sérgio F. F. F.
30. Sérgio F. F. F.

ABRIL ABRIL					
S	T	G	G	S	S
L	M	M	J	V	S
		1	2	3	4
5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28
29	30				

ATA 14/2010 – REUNIÃO DE COLEGIADO

Em vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e dez na sala de sessões do Instituto Federal de Roraima reuniu-se o colegiado de professores para a reunião referente a seguinte pauta:

Aprovação FIC-Fundamentos em Implantação e Manutenção de Jardins 2011, Aprovação FIC-Administração Pública na Educação 2011, Aprovação Projetos de Extensão 2011, Aprovação Projetos de Pesquisa 2011, Aprovação Calendário Acadêmico 2011, Aprovação Relatório Estágio Probatório - Último Período - Professora Érica Perez Bako, Aprovação Relatório Estágio Probatório - Primeiro Período - Professor Rafael de Moura Speroni, Aprovação Relatório Estágio Probatório - Segundo Período - Professora Joice Seleme Mota e Assuntos Gerais. Estiveram presentes os seguintes professores: Adamo Dal Berto, Alceu Kunze, Aldelir Fernando Luke, Alessandro Ezequiel Paixão, Amir Fauille, Anelise Destefani, Benjamim Teixeira, Clodoaldo José Figueredo, Daniele Regina da Silva Kazama, Duval Nessler, Emerson Rivelino Cidral, Érica Perez Marson Bako, João Longo de Moura, Francisco José Montório Sobral, Iza Luzia Goelten de Oliveira, Joice Seleme Mota, Josefa Suresk de Souza de Oliveira, Mano André Lopes Mendes, Marcio Pereira Reis, Maria Lenir Stupp, Marli Fatima Vick Vieira, Marcos José de Franca, Maurício Lehmann, Mauro Bittencourt, Nilton José Cristofolini, Rafael de Moura Speroni, Robilson A. Weber, Rodrigo Mazzani, Rodrigo Otávio Gomes, Sergio Gomes Delitsch, Sueli Regina de Oliveira. A professora Sueli Regina de Oliveira, Diretora de Ensino, iniciou a reunião dando as boas vindas aos professores, e passou a palavra ao professor Jonas Cunha Espindola para apresentar o relatório de aprovação de estágio probatório dos professores Érica Bako, Rafael de Moura Speroni e Joice Seleme Mota. Após a leitura, os relatórios foram colocados em votação pelo colegiado sendo que foram aprovados por unanimidade. Em seguida a palavra foi passada ao Diretor Geral, Professor Robert Lenocho para os informes da Direção. O professor Robert iniciou esclarecendo quais materiais necessários para projetos de pesquisa e extensão, podem ser solicitados e colocou que na próxima segunda-feira será lançado o Edital para participação de pesquisa e extensão, para que os professores possam viabilizar as suas pesquisas.

Professora Marli comentou que, quando se faz o orçamento, ele tem um prazo de validade, se seria melhor apenas passar os contatos para o Setor Administrativo, porém o professor Robert afirmou que os orçamentos serão encaminhados em dezembro mesmo e não perderão o prazo de validade. O professor Robert pediu a colaboração dos professores na realização do orçamento para os projetos, uma vez que o setor administrativo não tem conhecimento técnico a respeito dos materiais necessários para realização dos projetos. Em seguida as bolsistas comentaram que existem 6 bolsas até junho desse ano e que para o primeiro ano não são abertas mais 4 bolsas, sendo 2 de extensão e 2 de ensino médio. Essas bolsas são inicialmente custeadas pelo campus mas que são oferecidas bolsas externas através de editais da Reitoria, CNPq, FAPESQ. O professor comentou que se até o final do ano professores não tem projeto de pesquisa no seu PDI não tiveram concessão. Igualmente aprovação, o projeto não será redegado e as horas de extensão destinadas a outras atividades. O professor Fabio comentou que no próximo ano os projetos lançados em 2010 para o ano subsequente, os registros deverão ser encaminhados para a Professora Christian. O professor Robert pediu a palavra e se retirou da reunião passando a palavra para a Diretora de Desenvolvimento de Ensino, Professora Sueli que solicitou ao professor Fabio apresentasse os projetos de extensão para aprovação do colegiado. O professor Fabio falou a respeito dos projetos de extensão que foram submetidos, e passou o orçamento total dos projetos no valor de 7.833,00. A reunião foi suspensa e o professor responsável de projeto a ser aprovado. A reunião foi retomada e a professora Joice Seleme Mota, em seguida a professora passou a palavra para a professora Christian para apresentação dos projetos de pesquisa e extensão em relação aos anos de 2011. A professora Christian indicou a aprovação de todos os projetos. Após a leitura dos projetos a professora Sueli comentou a aprovação do colegiado. Os projetos de Extensão e Pesquisa foram aprovados por unanimidade. Em seguida a professora Sueli passou a palavra para o professor Jonas Espindola para apresentar o relatório de aprovação de estágio probatório dos professores Érica Bako, Rafael de Moura Speroni e Joice Seleme Mota. A professora

...a alta... no... Campus... e... Após a apresentação a
 Sueli submeteu o trabalho de Administração... e... e... em
 e... Manutenção de... que... unanimidade pelo colegiado. Em
 professora Sueli... para o... e... que apresentou o curso de
 e... e... Administração Pública em... que foi submetido ao colegiado
 unanimidade. Em seguida foi tratado o... Calendário Acadêmico. O professor
 que os cálculos sejam... e... apenas com as datas que o
 para os... A professora Ang... respeito dos dias... e
 devem... e... e... A professora Sueli
 calendário que foi... e... Nada mais havendo a
 para Sueli... tendo... a... por... Jorge Selen e
 pelos demais presentes.

...D. B. B.

...G. B.

...L. B.

...Ezequiel da Silva

...J. B.

...POR ARTUR DE LIMA FRETO

...J. B.

...J. B.

...J. B.

...J. B.

...J. B.

...FABIO LONGO DE NOVA

...J. B.

...J. B.

...J. B.

...J. B.

...J. B.

...J. B.

...J. B.

ESTADO DA AGRICULTURA Departamento de Administração

Divisão de Orçamento

de acordo celebrado entre o
do Estado
Santa Catarina para instalação
uma Escola de Iniciação Agri-
no Município de Chapecó.

26 dias do mês de fevereiro
4. presentes na Secretaria de
dos Negócios da Agricultura,
or Doutor João Cleophas, Mi-
do Estado por parte do Go-
do União e o senhor Dr. Iri-
ornhausen Governador de Es-
e Santa Catarina, deliberaram
o presente acordo, tendo em
arts. 2º e 4º do Decreto Fe-
nº 22.470, de 20 de janeiro de
as disposições do Decreto-lei
113, de 20 de agosto de 1946.

Cláusula primeira

o governo da União com a cola-
o do Governo do Estado de
Catarina, instalará no Muni-
e Chapecó, uma Escola de Ini-
Agrícola, que funcionará em
de internato.

Cláusula segunda

o governo do Estado de Santa
a se compromete a fazer a
de uma área mínima de 200
s de terras férteis, com boas
s, em zona salubre, próxima
le do Município, servida por
vias de comunicação, de pre-
a via férrea, a critério do Mi-
da Agricultura.

Cláusula terceira

o Ministério da Agricultura, por
édio da Superintendência do
Agrícola e Veterinário, ins-
a Escola, de acordo com as
s federais, obrigando-se:
elar pelos bens que lhe forem
tes durante a vigência do pre-
acordo.

remover as instalações que se
m necessárias para a maior
za do ensino.

Cláusula quarta

o governo da União obriga-se,
cz instalada a Escola, a men-
m perfeito funcionamento, de
com os termos da Lei Orça-
o Ensino Agrícola e a organi-
vários cursos previstos na ci-
lei, tendo em conta os recur-
sponíveis.

Cláusula quinta

reção da Escola será entregue
profissional diplomado em
mía ou veterinária, designado
ministro da Agricultura, com
ou gratificação pelo mesmo
da.

Cláusula sexta

lmente será organizado um
de trabalho para ser executado
reio, devendo ser aprovado
ministro da Agricultura. Qual-
lteração a ser introduzida nes-
o dependerá de aprovação do
o.

Cláusula sétima

execução desse acordo non-
io anualmente, o Governo da
em a importância de oitocen-
mil cruzeiros (Cr\$ 800.000,00) e
do com a de quatrocentos mil
00.000,00) que serão deposita-
a Agência do Banco do Brasil
Florianópolis à disposição do ex-
ecutor do acordo ou Diretor da Escola,
do nos termos da Cláusula

correrá por conta da verba 3 — Ser-
vícios e Encargos — Consignação 3
— Serviços em Regime Especial de
Financiamento — 01 acordos — 19
— Superintendência do Ensino Agri-
cola e Veterinário — 1 — acordos
estabelecidos pelo Decreto n.º 22.470
de 20 de janeiro de 1947, para ins-
talação de Escolas destinadas ao en-
sino agrícola — 2 Escolas de Inicia-
ção Agrícola — 44 Chapecó — Santa
Catarina — anexo 18 da Lei n.º 2.135,
de 14 de dezembro de 1953, devida-
mente deduzida na escrituração da
Superintendência do Ensino Agrícola
e Veterinário, a fim de ser distri-
buida à Delegacia Fiscal do Tesouro
Nacional, no Estado de Santa Cata-
rina e nos vintedouros por conta dos
créditos incluídos no orçamento para
tal fim.

Cláusula nona

Os saldos da conta corrente verifi-
cados no encerramento de cada
exercício reverterão em partes às res-
pectivas contribuições para os cofres
da União e do Estado.

Cláusula décima

O presente acordo poderá ser res-
cindido mediante assentimento de
ambas as partes ou por inadimplemen-
to de qualquer de suas cláusulas, sem
motivo justificado.

Cláusula décima primeira

No caso de rescisão ou terminação
de acordo, os materiais adquiridos
serão entregues ao Governo da União
e do Estado, proporcionalmente às
respectivas contribuições.

Cláusula décima segunda

O executor de acordo ou Diretor
da Escola fica obrigado até o último
dia de fevereiro de cada ano a apre-
sentar à Superintendência do Ensino
Agrícola e Veterinário, o relatório
detalhado dos serviços realizados no
ano anterior e remeter à Divisão do
Orçamento do Ministério da Agricul-
tura toda documentação comproba-
tória das despesas efetuadas.

Cláusula décima terceira

O presente acordo vigorará pelo
prazo de cinco (5) anos, e não en-
trará em vigor sem que tenha sido
registrado pelo Tribunal de Contas e
seja promulgado por entendimento
entre as partes acordantes, não se
responsabilizando os Governos da
União e do Estado por indenização
alguma caso seja denegado o seu re-
gistro.

Cláusula décima quarta

O presente termo de acordo está
isento do pagamento de selo na for-
ma do art. 15, n.º VI e § 5.º da Cons-
tituição Federal.

E, para firmeza e validade do que
acima ficou estipulado, lavrou-se o
presente termo o qual, depois de lido
e achado certo, val assinado pelas
partes contratantes já mencionadas e
pelas testemunhas: Aylton Vasconcel-
los, Antônio Martins dos Reis e
por mim Odete Cabral Bayão, Mes-
tre especializado, referências 22, com
exercício na Divisão de Orçamento
do Departamento de Administração,
que o dactilografarei.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de
1954. — João Cleophas — Irineu
Bornhausen — Aylton Vasconcelos —
Antônio Martins dos Reis — Celso
Braga.

Termo de acordo celebrado entre o
Governo da União e o do Estado
de Santa Catarina, para instalação
de uma Escola de Iniciação Agri-
cola no Município de Araquari

Aos 26 dias do mês de fevereiro de
1954, presentes na Secretaria de

Bornhausen, Governador do Estado
de Santa Catarina, deliberaram as-
sinar o presente acordo, tendo em
vista os artigos 2.º e 4.º, do Decreto
Federal n.º 22.470, de 20 de janeiro
de 1947 e as disposições do Decreto-
lei n.º 9.613, de 20 de agosto de 1946.

Cláusula Primeira — O Governo da
União, com a colaboração do Governo
do Estado de Santa Catarina, ins-
talará no Município de Araquari uma
Escola de Iniciação Agrícola que fun-
cionará em regime de internato.

Cláusula Segunda — O Governo do
Estado de Santa Catarina se comprom-
ete a fazer a cessão de uma área
mínima de duzentos (200) hectares de
terras férteis, com boas aguadas, em
zona salubre, próxima da sede do Mu-
nicipio, servida por fáceis vias de co-
municação, de preferência via férrea,
a critério do Ministério da Agri-
cultura.

Cláusula Terceira — O Ministério
da Agricultura, por intermédio da
Superintendência do Ensino Agrícola
e Veterinário, instalará a Escola, de
acordo com as normas federais, obri-
gando-se:

a) Zelar pelos bens que lhe forem
entregues durante a vigência do pre-
sente acordo;

b) Promover as instalações que se
tornarem necessárias para a maior
eficiência do ensino.

Cláusula Quarta — O Governo da
União obriga-se, uma vez instalada a
Escola, a mantê-la em perfeito fun-
cionamento, de acordo com os termos
da Lei Orgânica do Ensino Agrícola
e a organizar os vários cursos previstos
na citada Lei, tendo em conta os
recursos disponíveis.

Cláusula Quinta — A direção da Es-
cola será entregue a um Profissional
diplomado em agronomia ou veteriná-
ria, designado pelo Ministro da Agri-
cultura, com salário ou gratificação
pelo mesmo arbitrada.

Cláusula Sexta — Anualmente será
organizado um plano de trabalho para
ser executado no exercício, devendo
ser aprovado pelo Ministro da Agri-
cultura. Qualquer alteração a ser in-
troduzida nesse plano dependerá de
aprovação do Ministro.

Cláusula Sétima — Para execução
desse acordo contribuirão, anualmente,
o Governo da União com a im-
portância de Cr\$ 800.000,00 (oitocen-
tos mil cruzeiros) e o Estado de Santa
Catarina com a de Cr\$ 400.000,00
(quatrocentos mil cruzeiros) que serão
depositadas na Agência do Banco do
Brasil S. A., em Florianópolis, à dis-
posição do Executor do acordo ou Di-
retor da Escola, designado nos termos
da cláusula quinta.

Cláusula Oitava — No corrente ano
a cota da União, na importância de
Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzei-
ros), correrá por conta da Verba 3 —
Serviços e Encargos, Consignação 3
— Serviços em Regime Especial de
Financiamento, 01 — Acordos — 19)
— Superintendência do Ensino Agrícola
e Veterinário, 1 — acordos estabele-
cidos pelo Decreto n.º 22.470, de 20
de janeiro de 1947, para instalação de
Escolas destinadas ao ensino agrícola —
2) Escolas de Iniciação Agrícola —
59) Araquari — Santa Catarina —
Cr\$ 800.000,00, Art. 4.º, Anexo 18, da
Lei n.º 2.135, de 14 de dezembro de
1953, devidamente deduzida na escri-
turação da Superintendência do Ensi-
no Agrícola e Veterinário, a fim de
ser distribuída à Delegacia Fiscal do
Tesouro Nacional no Estado de Santa
Catarina, depois de registrada pelo
Tribunal de Contas, e nos anos vin-
teiros, por conta dos créditos inclui-
dos no orçamento para tal fim.

Cláusula Nona — Os saldos da con-
ta corrente verificados no encerra-
mento de cada exercício reverterão em
partes proporcionalmente às respectivas
contribuições para os cofres da União

suas cláusulas, sem motivo justifica-
do.

Cláusula décima Primeira — O
caso de rescisão ou terminação
acordo, os materiais adquiridos se-
rão entregues ao Governo da União e
Estado, proporcionalmente às res-
pectivas contribuições.

Cláusula décima Segunda — O
Executor do acordo ou Diretor da
Escola fica obrigado até o último dia
de fevereiro de cada ano a apresentar
Superintendência do Ensino Agri-
cola e Veterinário, relatório detalhado
dos serviços realizados no ano anterior
remeter à Divisão do Orçamento
Ministério da Agricultura, toda
documentação comprobatória das di-
pesas efetuadas.

Cláusula décima Terceira — O
presente acordo vigorará pelo prazo
cinco (5) anos, e não entrará em
vigor sem que tenha sido registrado
pelo Tribunal de Contas e seja apro-
vado por entendimentos entre as par-
tes acordantes, não se responsabilizan-
do os Governos da União e do Esta-
do por indenização alguma caso seja
denegado o seu registro.

Cláusula décima Quarta — O
presente termo de acordo está isento
pagamento de selo, na forma do
artigo 15, n.º VI, § 5.º, da Constitui-
ção Federal.

E, para firmeza e validade do
acima ficou estipulado, lavrou-se
o presente termo, o qual, depois de lido
e achado certo, val assinado pe-
las partes acordantes já mencionadas
pelas testemunhas Aylton Vasconcel-
los, Antônio Martins dos Reis e por mim
Celso Braga, Dactilógrafo, classe
com exercício na Seção de Execu-
ção da Divisão do Orçamento, do Dep-
artamento de Administração, que o di-
talografei.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro
1954. — João Cleophas — Irineu
Bornhausen. — Aylton Vasconcel-
los — Antônio Martins dos Reis. — Ce-
lso Braga.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Departamento de Administração

Divisão de Obras

Termo de contrato celebrado na
visão de Obras do Ministério
Educação e Cultura com a fir-
ma Companhia Brasileira de Mater-
Elétrico, para manutenção e ope-
ração da instalação de ar condicio-
nado no Museu Nacional de Bel-
Artes

Aos quinze dias do mês de mar-
ço de mil novecentos e cinquenta e qu-
atro, devidamente autorizado no Pro-
cesso n.º 122.815-53, em que foi ap-
rovada a concorrência realizada em
de dezembro de 1953, perante o I-
nterlocutor, Doutor Rui Moreira Reis, con-
tratou-se a firma Companhia Brasilei-
ra de Material Elétrico, estabeleci-
da nesta Capital, à Avenida Graca Ar-
anha n.º 132, 7.º andar, daqui por diante
denominada "firma empreiteira", a qual
declarou que assina o presente
termo de contrato, comprometendo-
se a executar as referidas obras, obser-
vando as seguintes cláusulas: **Primeira** — A firma empreiteira obriga-se
a executar a manutenção e operação
da instalação de ar condicionado do Mu-
seu Nacional de Belas Artes, refere-
nte ao item 16 — Instalações "nort-
es" importância total de Cr\$ 1.100.000,00 (um mil e cem mil cruzeiros), int-
ramente de acordo com a sua prome-
ta de 18 de dezembro de 1953, e cu-
plicas obedência ao edital e es-
pecificações que serviram de base à es-
timativa, os quais devidamente au-